

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 7ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Mesa da Assembleia

2 – ORDEM DO DIA

2.1 – Plenário

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATA



ATAS

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/4/2021

Presidência do Deputado Agostinho Patrus

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – Orientações sobre a Reunião – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.442/2021; discurso do deputado Duarte Bechir; Questão de Ordem; discursos dos deputados Professor Cleiton, Raul Belém, Sargento Rodrigues, Carlos Pimenta, Hely Tarquínio, Alencar da Silveira Jr., Zé Reis e Arlen Santiago; votação nominal do Substitutivo nº 2, salvo emendas e subemenda; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1; Questão de Ordem; votação nominal das Emendas nºs 4, 5, 16, 21, 33 e 34 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 9; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 9; votação nominal das Emendas nºs 1 a 3, 6 a 8, 10 a 15, 17 a 20 e 22 a 32; rejeição – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.016/2019; aprovação com as Emendas nºs 1 a 3 – Declaração de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mítre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton

– Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Às 10h6min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Carlos Henrique, 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Orientações sobre a Reunião

O presidente – A presidência esclarece que esta reunião será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.762, modificada pela Deliberação da Mesa nº 2.763, ambas de 2021, observando-se as seguintes diretrizes:

- 1) As deputadas e os deputados deverão usar exclusivamente a plataforma Silegis para registro de presença, inclusive para recomposição de quórum;
- 2) Os parlamentares poderão discutir a proposição constante na pauta em fase de discussão, devendo, para tanto, efetuar inscrição exclusivamente pela plataforma Silegis;
- 3) As inscrições para discussão serão preservadas para as reuniões subsequentes até o encerramento da discussão;
- 4) Para fazer aparte na discussão, os parlamentares devem se manifestar pelo chat on line, escrevendo expressamente “aparte”;
- 5) Os parlamentares poderão encaminhar a votação das proposições constantes na pauta pelo prazo de 10 minutos. Para tanto, devem se inscrever exclusivamente pela plataforma Silegis. Não será admitido aparte no encaminhamento de votação, nos termos do inciso III do § 2º do art. 162 do Regimento Interno;
- 6) A matéria será submetida a votação pela plataforma Silegis;
- 7) Concluído o processo de votação, não será permitida retificação de voto;
- 8) Os parlamentares poderão fazer uso da palavra para declaração de voto, pelo prazo de 5 minutos, nos termos do art. 254 do Regimento Interno, devendo se inscrever exclusivamente na plataforma Silegis;
- 9) Será cancelada, nos termos do art. 245 do Regimento Interno, a inscrição do deputado que, chamado, não estiver online no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;
- 10) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a respectiva fase.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.442/2021, do deputado Agostinho Patrus e outros, que institui o Plano de Regularização e Incentivo para a Retomada da Atividade Econômica no Estado de Minas Gerais – Recomeça Minas – e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, com as Emendas nºs 4, 5, 16 e 21, apresentadas em Plenário, e com as Emendas nºs 33 e 34 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 9, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3, 6 a 8, 10 a 15, 17 a 20 e 22 a 32. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Duarte Bechir.

O deputado Duarte Bechir – Sr. Presidente, bom dia! Sr. Presidente, eu estou preocupado. O projeto é de uma grandeza que supera as nossas expectativas porque vai trazer muito benefício, vai corrigir distorções. A minha preocupação, que eu externei a V. Exa. ontem, é quanto às pequenas e microempresas que ficarão de fora se nós não impusermos uma emenda para que elas possam ser beneficiadas com os benefícios dessa lei. O regime de tributação dessas micro e pequenas empresas não seria alcançado pelos benefícios da lei que nós estamos aprovando. Então, eu faço esse apelo a V. Exa. e aos demais pares, porque, nesta nossa caminhada, nas audiências virtuais que fizemos, nós conseguimos captar a mensagem dos micro e pequenos empresários, que representam quase 80% da economia da geração de emprego e renda.

Então a emenda que nós colocamos, presidente, ao Projeto de Lei nº 2.442, suprime o inciso IV do § 9º do art. 3º. Justificativa: “É cediço que a pequena e a microempresa são, na sua quase totalidade, optantes pelo modelo de tributação denominado Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123/2006. No entanto, mercê do mecanismo que fixa sistema de incidência de tributação de forma unificada, que na hipótese da concessão de benefícios, anistias ou parcelamentos impõe deliberação conjunta de todos os sujeitos ativos dos tributos”, o que elas não são, presidente. Então, essa emenda que a gente está colocando, eu a faço em nome da bancada do Sul de Minas. Na audiência de Varginha, nós tivemos o presidente da Federaminas participando. Em Campo Belo, os empresários, microempresários da nossa região pediram muito que eles tivessem oportunidade de ser contemplados com essa lei que V. Exa. apresentou.

Não precisa mais aqui falar da importância e reconhecer o valor de V. Exa. na ideia de contemplar Minas Gerais com essa lei. Já não é mais necessário. É uma unanimidade na nossa Casa. Os olhos dos mineiros também receberam com muita alegria essa proposição de V. Exa. No entanto, nós precisamos ficar atentos, porque a ideia de V. Exa. de recuperar os empregos, de trazer de volta o crédito, ela tem de ser de abrangência total. Os pequenos e microempresários que representam 80% ficariam de fora se nós não fizéssemos essa emenda.

Por fim, presidente, falei ontem com V. Exa., por ocasião da posse do deputado Arnaldo. Eu quero aqui também cumprimentá-lo, porque é a primeira oportunidade que a gente tem de estar na TV Assembleia. Eu quero saudar a volta do deputado Arnaldo Silva. Quero dizer que ele tem uma grande responsabilidade na Casa porque vai representar os anseios do Triângulo e também do Luiz Humberto, que nos deixou. Ele, com sua capacidade, com seu vigor e conhecimento, saberá muito bem fazer deste um momento de grande importância para o Triângulo Mineiro.

Então, presidente, eu peço a V. Exa. a apreciação desta emenda, a inclusão no debate. Gostaria de dizer que, como o autor do projeto é V. Exa., V. Exa. não precisa nem colocar como emenda deste parlamentar. É só adicioná-la como um complemento ao projeto, tendo em vista as audiências que nós fizemos; ouvimos os interessados, e isso vai contemplar 80% da economia de Minas Gerais, representada pelas pequenas e microempresas.

Por último, presidente, terminando, falei também com V. Exa. ontem a respeito das multas dos proprietários de pequenas terras, especialmente no Norte e no Jequitinhonha. Presidente, essas multas aconteceram simplesmente porque o Estado se omitia na

liberação para que as pessoas pudessem tratar a terra, o que eles chamam de destoca ou limpeza. Como demorava cerca de cinco anos a concessão da licença para trabalhar a terra, nessas áreas, que já eram produtivas, que eram plantadas, o mato crescia. E aí os proprietários, utilizando-se de materiais para limpeza e destoca, cortavam aquele mato que já estava um pouco grande. A licença demorava cinco anos. Vinha o pessoal da lei e aplicava multas, muitas delas, presidente, superior ao valor do terreno.

Então nós estamos, com a ideia de V. Exa., contemplando as pequenas, médias e grandes empresas de Minas Gerais visando à recuperação dos empregos e da renda. Parabéns, presidente. Agora é preciso, acima de tudo, inserir na ideia de V. Exa. as correções que se fazem necessárias. Portanto, parabênizo V. Exa. e espero que, com a paciência, com a condescendência e com o entusiasmo de V. Exa., possamos unir os esforços para poder, então, contemplar os proprietários de terras do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, de quase toda Minas Gerais e também as pequenas e microempresas no bojo desse projeto. V. Exa., conforme eu já disse, teve essa brilhante ideia para Minas Gerais e para os mineiros. Um abraço. Bom dia. Espero, presidente, ser ouvido e contemplado nessa nossa comissão.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, é só para fazer uma observação e um apelo a V. Exa. para que os colegas deputados e deputadas que adentrem o Plenário possam cumprir o Regimento Interno, de forma muito especial, presidente, quanto aos trajés aqui determinados pelo Regimento. É apenas para fazer essa Solicitação a V. Exa., quanto à observação do Regimento Interno. Obrigado, presidente.

O presidente – É regimental, deputado Sargento Rodrigues. Os deputados devem trajar a vestimenta regimental. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton – Bom dia, presidente, deputados e deputadas. Bom dia a todos os servidores da Assembleia e àqueles que nos acompanham pelos canais de comunicação da Assembleia Legislativa.

Primeiro, antes da minha fala, eu queria corroborar, reforçar a fala do nobre colega e amigo, deputado Duarte Bechir. Foi exatamente o que nós ouvimos, presidente, na audiência pública realizada em Varginha. Então, acatar a emenda proposta pelo deputado Duarte Bechir é de grande importância, de grande valia para contemplar ainda mais determinados setores produtivos que esperam muito pela aprovação desse projeto. Parabéns, deputado Duarte Bechir, por essa lembrança e por essa emenda.

Quero também dizer, presidente, que o momento é muito favorável para a aprovação desse projeto na Assembleia. Eu fiz questão de lembrar que essa crise econômica, mesmo antes da pandemia, já era anunciada. Em 2019, o PIB brasileiro teve o crescimento minúsculo de 1,1% e uma retração de 4,1%. Soma-se a isso o problema que assombra grande parte dos brasileiros e grande parte dos setores econômicos, que é essa retomada da inflação, em curso, lógico, em toda a América Latina, até como desdobramento do que nós estamos vivendo.

Também quero aqui reforçar o papel da Assembleia Legislativa, o papel da sua presidência e da sua liderança, que vem dando um exemplo positivo para todo o Brasil, com apresentação de projetos importantes e determinantes para que a situação de Minas Gerais hoje não estivesse ainda pior. Foram economizados recursos que auxiliaram no combate à pandemia. Foram criados projetos nesta Casa que foram votados inclusive de forma urgente, durante o decorrer desta crise sanitária que nós vivemos. Projetos que se voltaram totalmente para a preservação da vida, da saúde das pessoas que vivem no Estado de Minas Gerais. E agora nós temos, nesta manhã, a honra de votar e, com certeza, aprovar o Recomeça Minas.

É hora também de olhar para a frente, já que nós sabemos o que fazer. Uma iniciativa que considero histórica, porque, mesmo diante de todas as barreiras impostas por este momento único da nossa história recente, nós conseguimos chegar, através dos meios remotos, aos quatro cantos do Estado de Minas Gerais. As audiências públicas realizadas aqui deram a esta Casa, deram a estes deputados a noção do que o nosso povo está vivendo e de que determinados setores estão padecendo com relação a esta crise imposta exatamente por essa doença terrível, que já ceifou quase 400 mil vidas.

Então nós sabemos o que é, neste momento, ajudar a nossa população a recomeçar. É importante esclarecer que, via de regra, essa proposta deveria partir do Poder Executivo. Mas, como nós temos um Poder Legislativo que tem se destacado entre todos os Poderes nestes tempos em que nós vivemos, a Assembleia tomou então essa iniciativa, dialogando também, através da sua pessoa, com o Poder Executivo, para que nós chegássemos a esse texto no dia de hoje. Uma proposta que foi construída de forma muito democrática, ouvindo sugestões, enriquecendo-a através do debate. Nós estamos ainda no 1º turno, e tenho certeza de que, até a votação no 2º turno, deixaremos esse projeto mais eficiente ainda.

Alguns pontos dessa proposta nasceram em várias reuniões, quando nos foi mostrada a dificuldade dos empresários e de determinados setores que foram mais impactados com esta pandemia. Queremos auxiliá-los neste momento, para reabrirem os seus negócios, para terem a oportunidade de recontratar as pessoas que foram demitidas. E só faríamos isso dando a essas pessoas a oportunidade de realizarem a quitação das suas dívidas, algumas que chegam até ao desconto de 95%.

Mas a minha fala nesta manhã, além de ser para retomar a importância desse projeto e se dirigir à população de Minas, para ela saber que não se trata de um projeto que nasceu da nossa cabeça mas de uma série de discussões e de participação popular, é também para agradecer, de uma forma muito especial, ao Dr. Hely Tarquínio, nosso presidente da FFO e também relator do projeto. Ele acatou a minha emenda, Emenda nº 69, que acrescentou ao inciso III do art. 13 uma categoria que não poderia ficar de fora, categoria que nós chamamos de alimentação fora do lar, um dos setores mais impactados neste momento. Para aqueles que nos assistem, de repente essa expressão “alimentação fora do lar” não traz muito significado, mas eu queria lembrar quais são aqueles que estarão contemplados nesse projeto, quais são os setores considerados nessa categoria de alimentação fora do lar. Nós temos aqui microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte que atuam nesse serviço. São bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, cantinas com serviço privativo de alimentação, fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar, fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para alimentação dos servidores de várias empresas, lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares, restaurantes e similares, serviços ambulantes de alimentação, serviços de alimentação para eventos, recepção e buffets. Esses setores foram atingidos porque, além das despesas com funcionários, com pagamentos de faturas altas de energia – alguns inclusive nem conseguiram honrar as despesas com energia –, tiveram suas geladeiras e seus freezers desligados. E assim essa emenda é incluída nesse projeto, e por isso, de coração, eu agradeço por ela ter sido acatada; esta Assembleia teve a sensibilidade de colocar um setor tão importante e que vai ser diretamente impactado com o Recomeça Minas.

A certeza que nós temos, presidente, é de que o nome dado a esse projeto honra o seu objetivo. Queremos ajudar os setores produtivos afetados a reconstruírem a sua história, a recomeçarem, mesmo neste tempo de pandemia, porque nós sabemos que ele vai passar, e, no pós-pandemia, os desafios da reconstrução acontecerão com muita união, e o povo de Minas pode contar com o grupo dos deputados que formam esta 19ª Legislatura, sob a sua liderança. Que Deus nos dê sabedoria e nos abençoe, e que esse termo “recomeçar” possa ser concretizado, porque é isso que nós esperamos desse projeto. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Professor Cleiton. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Raul Belém.

O deputado Raul Belém – Bom dia, Sr. Presidente; bom dia, senhoras e senhores deputados; público que nos assiste pela TV Assembleia; assessores da Casa. Eu quero inicialmente dizer da satisfação de nós podermos votar o projeto Recomeça Minas, um projeto tão importante neste momento difícil de pandemia pelo qual todos nós estamos. E é importante, através de propostas como essa, do Recomeça Minas, nós buscarmos soluções para retomar as atividades econômicas do nosso estado. E não só isso. Que nós possamos buscar condições mínimas de sobrevivência para os cidadãos mineiros, já que esta pandemia tem trazido fome. As pessoas têm vivido momentos de grande dificuldade.

Então esse projeto teve a participação de todos os deputados e foi proposto aqui pelo presidente da Casa, a quem cumprimento pelo grande trabalho que vem sendo realizado. Tivemos a oportunidade de ouvir as regiões, ouvir os setores produtivos de Minas Gerais, ouvir os diversos segmentos no Triângulo Mineiro, no Triângulo Norte, no Triângulo Sul, no Jequitinhonha, no Sul de Minas, na região central.

Então é muito importante a Assembleia fazer esse papel de dar voz à população porque não há para isso ninguém melhor que o povo que está sentindo, na pele, esse maldito vírus que não só ceifa a vida das pessoas, mas também que tem tirado as condições mínimas de sobrevivência do povo de Minas Gerais. Então fico extremamente feliz de fazer esse encaminhamento para que o nosso bloco, o bloco que hoje, presidente, tem o nome do nosso colega deputado Luiz Humberto Carneiro. O Bloco Sou Minas Gerais, hoje, numa homenagem muito justa, é chamado Bloco Deputado Luiz Humberto Carneiro, que foi um homem que todos admiramos muito. Somos privilegiados pelo tempo que tivemos de convívio com ele, esse grande líder pacificador, homem público de bem, querido por todos nós e pelo povo mineiro, mas que infelizmente teve sua vida ceifada pela Covid-19. É mais um dos milhares de mortos que temos no Brasil.

O exemplo do Luiz Humberto como homem público, homem do diálogo, homem de compreensão, homem de sensibilidade para com os assuntos mais sensíveis ao povo, especialmente o povo mais carente de Minas Gerais, que esse exemplo dele possa estar no coração de cada um de nós e que nos sirva de combustível e força para seguirmos adiante buscando soluções e unindo o Poder Legislativo e o Poder Executivo, para que não só tenhamos essa aprovação, aqui hoje, do Recomeça Minas, mas também para que a aprovação seja cumprida e para que as pessoas possam receber esse auxílio que será tão importante para as famílias de Minas Gerais.

Então o meu encaminhamento, presidente, deputadas e deputados, é pela aprovação. Voto “sim” ao projeto Recomeça Minas. Cumprimento todos da Assembleia de Minas e cumprimento o povo de Minas Gerais, que se manifestou, por meio das reuniões regionais que tivemos, em prol desse grande projeto. Sigamos adiante com muita fé, esperança e força para fazermos o melhor pelo povo mineiro. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Raul Belém. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, deputadas e deputados, eu não havia falado, deputado João Leite, só havia pedido a um colega deputado que estava trajado inadequadamente que se ausentasse do Plenário no momento em que a reunião abriu. Foi apenas isso.

Da mesma forma como alguns colegas também já se manifestaram, eu queria inicialmente parabenizar o autor do projeto, o deputado Agostinho Patrus, presidente desta Casa, que, entendendo a grandiosidade da própria ideia, da própria iniciativa, deputado Carlos Henrique, estendeu a todos nós a possibilidade de sermos coautores do Projeto de Lei nº 2.442/2021. Mais uma vez, presidente, ainda gostaria aqui de agradecer ao relator e aos membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária por terem acatado duas emendas de nossa autoria.

Em uma dessas duas emendas, deputado Carlos Henrique, tivemos a felicidade de pesquisar as normas do Banco Central do Brasil – Bacen –, que regulam as atividades desse tipo de banco, um banco de fomento, como é o caso do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG –, para que isso se estendesse às pessoas físicas, deputado Raul Belém. Comentávamos isso ontem, na sala com o presidente, e o próprio presidente nos trouxe um percentual em torno de 40%. Ou seja, estamos autorizando e reforçando, na lei, essa necessidade.

Presidente Agostinho Patrus, só peço a atenção de V. Exa., por apenas 1 minutinho, para falar que essa emenda, presidente, obviamente está lá em condições especiais, mas é necessário, é fundamental que o BDMG realmente consiga fazer esse apoio, esse empréstimo em condições especiais. O próprio pessoal do setor de eventos, deputado Cleitinho Azevedo – vi que V. Exa. também é um dos autores, assim como os deputados Tito Torres e Gustavo Mitre –, que eu também convidei para participar do encontro em Belo

Horizonte, me relatou que 1/3 do setor de eventos já quebrou. Está quebrado, falido. Isso porque, presidente, os bares e restaurantes ficaram naquele efeito sanfona: por ora abrem, por ora fecham, não só aqui em Belo Horizonte e na região metropolitana, mas também no Estado.

E o setor de eventos? O setor de eventos fechou. Faz 13 meses que os estabelecimentos estão fechados. Se o cidadão vai fazer um evento, um show, trazer uma banda, trazer um DJ ou uma série de outras formas de produzir eventos, ele terá lá 500 pessoas, mil pessoas, 2, 3 mil pessoas, e, com a pandemia, isso ficou totalmente impossibilitado pelas normas de vigilância sanitária impostas a todos nós. Contudo, deputado Cleitinho, algumas dessas normas são absurdamente inconstitucionais. Rasgaram a Constituição e jogaram na lata de lixo, como foi a própria edição da onda roxa do governo Romeu Zema. Rasgaram a Constituição e jogaram na lata de lixo. Aliás, também já aportamos aqui projeto de resolução e requerimentos cobrando posicionamentos do governo.

Talvez o governador Romeu Zema e seus auxiliares não se alertaram, mas violação de direitos e garantias fundamentais por um governante, no caso, o próprio Romeu Zema, com a onda roxa, é motivo de impeachment do próprio governador. Quem conhece a Lei nº 1.079/1950 sabe o que eu estou falando. Você não pode restringir garantias fundamentais. Uma vez restringidas, por ato de algum governante, cabe a ele sofrer, inclusive, impeachment, se alguém aqui ou qualquer cidadão lá fora quiser arguir o impeachment.

Mas esse não é o assunto. O assunto é, presidente, a Emenda nº 21, que possibilitou não só que as empresas, quem tem CNPJ, ou seja, o setor empresarial, todo ele, de qualquer atividade econômica, aqueles que têm CNPJ, possam ir ao BDMG buscar uma linha de crédito especial, mas também a pessoa física, porque essa é que faltava no projeto de lei. E, às vezes, o cidadão é autônomo, é um marceneiro, precisa comprar ferramentas, ou é vidraceiro ou tem uma série... Eu dei um exemplo ontem, na comissão, de uma salgadeira. Às vezes, é uma pessoa que, no meio da crise, em desespero, não tem dinheiro para abrir uma loja em frente a uma via pública, a uma via movimentada, e faz o salgado, a coxinha, o pastel, a empadinha dentro de casa. Da forma como o projeto estava, a pessoa física não poderia ir ao BDMG. Agora pode.

O que nós esperamos, presidente Agostinho Patrus, é que esse crédito especial seja realmente especial, por quê: se o cidadão quebrou e o nome dele foi para o SPC ou Serasa? Como será socorrido? Como vão ajudá-lo? Ele fala: “Olhe, na pandemia, eu quebrei. Meu nome está negativado. Tenho dívidas de ICMS, dívida de taxa de incêndio, uma série de dívidas no âmbito do Estado. Como vou conseguir esse empréstimo?”. Então tem que haver, por parte do BDMG...

E é por isso, Sr. Presidente, que eu faço aqui um apelo a V. Exa.: não cometamos o erro de permitir que dispositivos do projeto de lei, que praticamente, se eu não estou equivocado, os 77 deputados assinaram, ou seja, aquilo que não precisa seja remetido por nós na forma de regulamento, senão nós vamos abrir uma brecha enorme. E ali vão aquelas pessoas que ficam sentadinhas no gabinete de um secretário, e um assessor, muitas vezes frio, técnico, que não conhece a realidade do cidadão na ponta da linha, quer fazer um regulamento restringindo, indo além daquilo que o legislador não permitiu, o que nós chamamos, presidente, de exorbitar o poder da delegação legislativa. Então, presidente, estejamos atentos para corrigir isso.

Eu apresentei as emendas. O governador, presidente, por questão constitucional, legal, prevista no art. 84, inciso IV, da Constituição da República, já tem a prerrogativa de regulamentar. Mas não somos nós que temos que ir lá escancarar na lei “na forma do regulamento”. E aí, Cleitinho, como é que funciona isso? O cara é assessor técnico da Secretaria de Fazenda e vai falar: “Aqui, é na forma de regulamento”. E aí começa a criar um punhado de empecilhos, começa a fazer um rol taxativo de exigências. E, para aquilo a que você queria atender, eu queria atender, o deputado João Leite, os demais colegas, o cara, na ponta da linha, fala assim: “Olhe aqui, a Fazenda está pedindo isso; o BDMG está pedindo isso”. Então, nós não podemos permitir, presidente, que aquelas remissões “na forma de regulamento” continuem. A regulamentação será feita pelo governador e ponto, acabou, mas, na medida em que a gente coloca isso, escancara e aí vem sempre um querendo ser o legislador sem ser, porque, para ser legislador, ele tem que se submeter ao crivo das urnas. Se ele não quer se submeter ao crivo das urnas, não será a caneta dele, solitária, numa sala de ar-

condicionado, ouvindo apenas o engravatado dele, que nasceu na Zona Sul, que nunca pegou ônibus lotado, que não sabe o que é a vida numa periferia... Esse é o cara que vai lá e faz a regra. Então nós não podemos permitir.

Estou aqui, presidente, fazendo um alerta a V. Exa. para que a nossa consultoria auxilie a comissão, em 2º turno, para retirar esse tipo de comando. Não existe esse negócio de “na forma do regulamento”; deixe na lei. O governador, na hora de regulamentar, fará a regulamentação, mas não somos nós que temos que escancarar mais ainda a possibilidade de eles inovarem no texto e exorbitarem o poder da delegação legislativa.

Parabéns ao conjunto de deputados e deputadas que trabalham muito, ouvido as pessoas, trazendo as demandas e ajudando a construir uma matéria melhor. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – Bom dia, presidente Agostinho. Bom dia, Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Em primeiro lugar, Agostinho, eu vou fazer alguns breves comentários a respeito do Projeto nº 2.442. Eu queria muito cumprimentá-lo pela feliz iniciativa, pelo feliz momento ao propor esse projeto. Até então, o senhor sabe perfeitamente, todos os projetos que eram encaminhados para a Assembleia de Minas propondo algum tipo de benefício fiscal, algum tipo de facilitador de pagamentos, de débitos da sociedade, do povo, das empresas, CPF, CNPJ, para o Estado, vinham encaixotados do Poder Executivo para o Poder Legislativo, e aqui nós travávamos uma série de discussões. Muitos lobbies entravam pedindo para incluir determinada empresa, para incluir isso e aquilo, e o projeto não era moldado na Casa. Ele era votado, muitas vezes, sem uma discussão maior, eivado de interesses pessoais, de empresas, de empresários. Enfim, o projeto acabava se transformando até num grande frankenstein. Ele propunha uma coisa e acabava levando órgãos e partes que não pertenciam ao projeto original.

O projeto que a Assembleia apresenta, através do presidente Agostinho Patrus, é um projeto que teve, acima de tudo, a oportunidade de uma discussão. Isso se chama liberdade, isso se chama democracia. Foram inúmeras discussões que se travaram em todas as regiões de Minas Gerais, cada uma apresentando as suas peculiaridades, os seus interesses. Isso foi tomando forma de fora para dentro, ou seja, da sociedade para dentro da Assembleia de Minas, e nós estamos hoje apresentando o projeto. A coroa desse projeto é a emenda que foi apresentada, que proporciona, que permite que o governo de Minas, o governo do Estado, com os recursos arrecadados, possa criar essa bolsa – eu não gosto muito desse termo “bolsa”, não –, essa ajuda, uma feliz ajuda, uma ajuda abençoada para as famílias em extrema pobreza.

Aqui, em Montes Claros, Agostinho... Eu vou passar só a notícia do jornal de hoje, Jornal de Notícias -, mostrando que onde há extrema pobreza pode-se receber R\$500,00 e falando que o presidente da Assembleia Legislativa propõe benefícios voltados para as famílias de baixa renda, até agosto. Isso caiu como uma bênção no meio das famílias. A população, o povo está passando fome – mas é fome mesmo. É fome de você ir à casa da pessoa e, quando chega lá dentro, você nota, você vê... Dói o seu coração ao ver que aquela família, muitas vezes, com uma mãe dentro de casa, o pai procurando um bico na rua, procurando fazer um pequeno pico para trazer alguma coisa para dentro de casa, as crianças mal comendo um arrozinho com feijão, sobrevivendo de alguma ajuda por parte de organizações não governamentais, por parte de alguém que tenha a sensibilidade de comprar uma cesta básica, por parte da Igreja Católica, das igrejas evangélicas. Então, nós estamos vivendo, passando por este momento aos tropeços. O povo está passando fome. É injusto que isso aconteça. A gente está vendo aí as dificuldades por que a população está passando.

Esse projeto faz com que Minas Gerais, faz com que o governo de Minas, ao arrecadar esses recursos, possa repassar uma ínfima quantia desses recursos para que a população tenha acesso a pelo menos um pouco de dignidade, através de uma alimentação. São R\$500,00 para a pessoa poder comprar ali, na feirinha. Engana-se aquele que fala que R\$500,00 é uma pequena ajuda. Não. Atualmente é uma grande ajuda, pois com R\$500,00 você faz uma bela de uma feira, você compra todos os gêneros alimentícios

básicos, você compra produtos de limpeza de casa, de limpeza pessoal, você compra o ovo para dar aos filhos, o leite para dar às crianças, você tem um pouco de oportunidade de ajudar realmente quem está precisando.

Na nossa região, nós tivemos aqui a presença de pessoas ligadas ao meio rural, à sociedade rural, ao sindicato rural, que vieram aqui e falaram da necessidade de dar um apoio ao meio rural. Parece que foi o Duarte Bechir que falou dos impactos, muitas vezes, de fiscalizações rigorosíssimas que chegam lá, em algum pequeno produtor rural que está ali plantando uma cultura de subsistência, e aplica-se uma multa aqui, aplica-se uma multa lá. Isso está me fazendo lembrar a época do IEF de governos passados – o presidente Agostinho sabe muito bem disso –, em que eles desciam com helicóptero em pequenos sítios de produtores rurais, intimidando-os. Então, nós queremos respeito para que os órgãos fiscalizadores possam desburocratizar o meio ambiente. Isso pode ser contido nesse projeto. Quanto às ações desse projeto, nós vamos comentar com mais detalhes em outra oportunidade.

Mas eu queria dizer também que nós temos aqui na nossa região... Antigamente era uma secretaria, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, que acabou, com a reforma administrativa, mas ficou o Idene – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste –, hoje presidido pelo Nilson Borges. O norte-mineiro, da cidade de Bocaiúva, tem a melhor equipe técnica possível para poder nos ajudar no combate à fome, no apoio aos pequenos produtores rurais, à agricultura de subsistência.

O governador anunciou aqui o fim dos caminhões-pipas e a retomada da perfuração de poços artesianos, a construção de pequenas barragens na zona rural, pelo Idene. É importante, Agostinho, que a gente lembre mais uma vez – eu falei isso ontem no pinga-fogo da Assembleia Legislativa – que o Idene precisa ser fortalecido. E só há um jeito de fortalecê-lo: com recurso. Boa vontade não adianta. Anunciar que vai perfurar poços artesianos, que vai fazer isso, que vai fazer aquilo, se não houver a grana, o dindim, o dinheiro, o recurso, nós não vamos ver esse anúncio do governador ser concretizado, porque para perfurar um poço artesiano, para equipar um poço artesiano custa dinheiro, em torno de R\$80.000,00. E o Idene já tem o projeto-piloto. Eu falava da cidade de Francisco Dumont, do exemplo da Comunidade de Buriti, onde está perfurado o poço artesiano, que vai mudar todo aquele pequeno povoado. Isso tem que se estender a todos os distritos. Os povoados precisam de dinheiro e, para isso, nós estamos dando a vara para o governador pescar para que ele possa dotar o Idene de recursos.

Pena que eu não vou ter mais tempo para falar dos profissionais da área de eventos. O Sargento Rodrigues foi muito feliz ao anunciar que esse povo faz um bem danado, pois são pessoas preparadas, são cantores – já termino, presidente – que precisam retomar as suas atividades econômicas, como a abertura de um barzinho, onde o cantorzinho fica lá em cima, cantando, tranquilo, não está ninguém. Por que não? As áreas culturais precisam também ter o seu retorno.

Estou muito feliz por estar aqui hoje, por dar o meu voto a esse projeto maravilhoso, concebido com o intuito único e exclusivo de poder trazer ajuda, que foi coroado com essa emenda-maravilha. Nós estamos propondo e dando condições de se criar o pagamento desse benefício para as pessoas pobres, que estão passando necessidades, privações e fome. Muito obrigado e parabéns, mais uma vez, ao presidente da Assembleia de Minas, Agostinho Patrus.

O presidente – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta, pelas palavras. Com a palavra, para encaminhar a votação, o relator do projeto na Comissão de Fiscalização Financeira, o deputado Hely Tarquínio.

O deputado Hely Tarquínio – Bom dia, presidente. Bom dia, demais deputados. É um prazer estar aqui nesta reunião para exatamente fazer um resumo muito breve por enquanto, porque, na votação do 2º turno, a gente vai fazer uma síntese de tudo que aconteceu – lógico.

Primeiramente, queria parabenizar o nosso Agostinho Patrus, o nosso presidente, que institui este plano de regularização e de incentivo para a retomada das atividades econômicas: a regularização das dívidas e o incentivo à forma de pagamento, para, se Deus quiser, arrecadar R\$1.500.000.000,00 a R\$2.000.000.000,00 neste primeiro ano. Para isso, nós analisamos, junto com a consultoria, todas as emendas que foram sendo elaboradas progressivamente, às vezes até na última hora das reuniões, e – lógico –

aplicamos a nossa visão – sempre – do princípio da razoabilidade para atender as demandas que surgiram principalmente através das emendas dos deputados que têm trabalhado muito no sentido de compensar essa situação econômica e social neste momento em que estamos sob a égide dessa pandemia que tem ceifado tantas vidas e ameaça a ceifar mais. O que eu quero dizer é que eu tenho que ter o equilíbrio de cumprir também a legislação, que é muito complexa hierarquicamente, entre as próprias leis, e aplicar, sim, o princípio constitucional do Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, que diz o seguinte: temos que calcular o impacto de forma razoável para perceber como nós vamos fazer, com relação a onde houve a renúncia de receita, as alterações dessas leis para ver se há viabilidade conforme o orçamento que foi votado no ano passado, senão a gente inviabiliza isso.

O nosso Agostinho Patrus, numa hora, com a sua inteligência, com a sua vivacidade e com a sua competência para regular as coisas, elaborou um projeto compatível que poderia às vezes atender mais coisas. Por quê? Nós temos que, sempre ao analisar um projeto, atender aquilo que é técnico, o que é formal, o que é mérito e também muitas vezes nós temos que abrir o coração e aplicar até dispositivos infraconstitucionais para que o mérito supere e provoque, no caso do Executivo, a sua compaixão para resolver – isso porque às vezes ele tem uma pequena folga escondida. Nós temos que pensar nisso tudo, e o Agostinho pensou nisso tudo e ouviu as 15 ou 16 regiões de Minas Gerais; e ficou caracterizada a tônica dos pedidos de um modo geral: linhas de crédito, dificuldades das mais variadas possíveis, mas sempre justificando a participação de micro e pequenas empresas e aqueles que contribuem para o Simples. Então nós aplicamos tudo isso no sentido de atender a demanda dos deputados que representam as suas regiões e têm muita sede nessa hora de resolver o problema, mas muitas vezes nós estamos fora da Constituição e às vezes não é possível, mas há formas de fazer leis específicas, há formas de buscar outras providências depois desse passo que foi dado tão importante.

Quero parabenizar o nosso presidente por essa emenda que veio coroar, que veio pelo menos trazer um sorriso para aqueles que mais precisam. Essa é a minha visão também. A minha visão, eu já disse: tudo que a gente olha aqui é com relação ao aspecto da pirâmide social, com relação ao seu porte, à sua disponibilidade para viver com o seu trabalho, com certa dignidade, porque a gente vive buscando todo dia dignidade. Dignidade é constitucional, e o ser humano tem direito à vida, a viver a vida com dignidade. Tudo isso está no texto do próprio projeto do Agostinho, que abriu essa oportunidade para que todo o povo de Minas Gerais, todos os empresários, com todas essas variáveis, pudessem pronunciar as suas necessidades; e, das necessidades, surgem as leis. Nesse caso, essa lei foi elaborada em cima de necessidade básica, existencial, e ainda falta pão. Isso é o que eu queria dizer. Enfim, eu queria aqui responder, lógico, com esse princípio da razoabilidade e exatamente atendendo as variáveis do poder econômico que vai ao alto e vai ao zero. Nesse balanço, a gente tem que pensar e que ter uma inteligência também que vá interpretar a complexidade de tudo isso: o mérito, tudo que está escrito, que é formal e que às vezes não pode ser ultrapassado; foi todo pensado assim e foi muito importante a contribuição dos deputados todos, com muita responsabilidade, com muita sensibilidade.

Quero parabenizar também a Comissão de Trabalho que a gente dirige – a gente divide o trabalho com todos – pela participação, pelo empenho, e a todos os deputados indistintamente, juntos num corpo, numa cabeça só nessa hora de síntese. Queria aqui também responder... Entendo que às vezes a gente tem que atender um caso ou outro, mas a gente tem colocado isso dentro da ótica de uma análise bastante profunda e, sobretudo, humana. Aí nós temos a luz do direito aplicado às necessidades existenciais para emitir um parecer humanista, mas há momentos em que não há como. Então, quanto àquela emenda do deputado Duarte Bechir, eu gostaria de responder o seguinte: ela foi rejeitada – aquela que ele reclamou, das pequenas empresas – porque o Confaz é literal ao fazer a proibição de concessão de benefícios para as empresas do Simples porque essas já têm regulamento próprio estipulado pela lei federal. Existe um movimento da Secretaria de Fazenda do Estado para pedir ao Confaz que tal dispositivo seja oprimido, mas, até haver a liberação do Confaz, não se pode acatar essa pretensão sobre aquele que contribui com o Simples, o empresário do Simples. Agora o pequeno e o médio já foram atendidos e pode prejudicar aqueles benefícios a que o do Simples já tem direito.

Agora gostaria de ler para a gente também poder dizer que está embasado numa coisa formal e é proibido. Então na reunião do Confaz, do dia 21/01/2021, foi dito o seguinte, em seu inciso IV: “Não se aplica aos débitos regularmente declarados pelo

contribuinte optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006”. Então é por isso. Mas, se houver uma brecha ou se aguardarmos essa próxima reunião do Confaz – a última foi no dia 21, que determinou essa, em janeiro -, quem sabe, não é? Porque o Confaz também regula tudo isso exatamente para que seja possível alterar as leis, inclusive a parte de tributos. E assim a gente poder ter uma forma de caminhar com o orçamento.

Só para terminar, há também a reclamação com relação à multa ambiental. Multa ambiental não é tributo, então ficou difícil de aceitar. Mas se nós encontrarmos um mecanismo, eu estou sempre à disposição para construir junto com todos vocês, como tem acontecido, para tentar aquilo que for possível e possa melhorar a vida de todos.

Quero parabenizar a todos e agradecer por me ouvirem neste momento. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Hely Tarquínio, parabeno V. Exa. pelo brilhante trabalho à frente da relatoria do Projeto de Lei nº 2.442/2021. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Primeiro, Sr. Presidente, quero lhe agradecer e parabenizá-lo quando V. Exa. mostra a esta Casa que nós estamos no caminho certo e o governo Minas está no caminho certo também, mas igual ao Barrichello: atrasado, Sr. Presidente.

Nós vamos lembrar que daqui a pouco teremos o nosso governador falando: “O Projeto foi também porque eu que coloquei, eu que estou ajudando, eu que tive a ideia”. Não é nada disso, Sr. Presidente. Nós começamos inicialmente o combate ao coronavírus, foi a primeira assembleia do Brasil a tomar as providências. Nós demos todas as ajudas e nós mostramos ao governo que a gente podia devolver recurso, com a economia de V. Exa., já pelo segundo ano e este ano com R\$80.000.000,00. Nós temos que tirar o chapéu e isso agora vem para começarmos a reconstruir Minas Gerais.

Mas eu não poderia deixar de colocar algumas preocupações, Sr. Presidente, que tenho em relação, por exemplo, ao IPVA dos veículos que não estão pagos. O governo, com o jeito dele, Sr. Presidente, teve coragem de falar: “Eu estou atendendo...”. Depois que a Assembleia fez tudo, depois que nós brigamos, depois que nós falamos, o governador conseguiu falar que não estava apreendendo o carro, que foi iniciativa dele. Não, a iniciativa foi da Assembleia.

Eu estou antecipando e mostrando para V. Exa. e para todos os deputados, que nós vamos ter um problema muito sério a partir do fim da pandemia, agora, que nós votamos a prorrogação dele e a partir de julho. A partir de julho, Sr. Presidente, ou seja, chegará agosto e todos os veículos, que estão com o IPVA atrasado, vão fazer fila para serem presos. E para isso não acontecer, Sr. Presidente, nesse projeto, eu acho que a gente já tinha que dar a condição de aqueles que estão com o IPVA atrasado, com o seu IPVA preso, já iniciarem, a partir de agora, um parcelamento até o final do ano do pagamento desse IPVA.

Quero fazer agora um pedido aqui, Sr. Presidente: para os pátios devolverem os veículos que estão presos, recebendo um desconto de 90%, porque todo mundo está perdendo nessa hora, o Brasil está perdendo, todos os empresários estão perdendo, e o dono do pátio vai continuar ganhando, Sr. Presidente. Não é justo. Eu tenho alguns imóveis de aluguel e, por exemplo, estou dando 60% de desconto nos meus aluguéis, porque o pessoal não tem condição de pagar, visto que está tudo parado. E agora os donos de pátios não querem dar desconto algum. Então nós temos que colocar na lei agora, Sr. Presidente. Eu fiz uma emenda com o deputado Hely Tarquínio e estou enviando agora, já, nesta hora. Para Minas voltar a crescer, nós fazemos um parcelamento com o fim dos juros e a devolução dos pátios.

Eu conversava muito com o deputado Gustavo Santana, e ele me ajudou, ou melhor, eu o ajudei. Em comum acordo, nós fizemos um projeto dessa natureza, mas entendo que, já que a gente está mexendo com isso agora, Sr. Presidente, o mais justo é colocarmos isso numa lei única dando esse parcelamento, tirando a cobrança dos impostos e fazendo a liberação dos carros que estão presos, retidos nesses pátios. Reboque não vai ter jeito, Sr. Presidente, porque a pessoa já pagou o reboque. Então não vai ter jeito.

Então essa é uma das ponderações que eu quero fazer nesta fala nossa agora e tenho certeza de que faço das minhas palavras as palavras também do deputado Gustavo Santana, por que nós estamos nesse trabalho juntos, a fim de que não tenhamos cobrança dos juros, correção monetária e sim o parcelamento desses impostos.

Sr. Presidente, na oportunidade também, quando eu lembro a V. Exa. que nós devolvemos R\$80.000.000,00 aos cofres públicos. V. Exa. fez o cheque da Assembleia e, em nome dos 77 deputados, devolveu ao governador, mas quero saber do governador o seguinte: o que foi feito? Estou fazendo um requerimento, Sr. Presidente, uma solicitação – e peço a aprovação: quanto o governo estadual gastou de publicidade em um ano e dois meses de pandemia? Desde o início da pandemia, quanto se gastou com publicidade? Quais foram os órgãos que receberam esses valores? Nada mais justo que a opinião pública saber quanto é gasto com publicidade, porque esse dinheiro da publicidade, de repente, poderia ser aplicado nas vacinas, na saúde, na cesta básica. O governo fez a publicidade dele em horário nobre e, por exemplo, na Rede Globo de Televisão. Eu estava acompanhando o Fantástico no último domingo e vi o governo de Minas anunciar – no Fantástico, Sr. Presidente! – quantas cestas básicas ele pode comprar para matar a fome do povo. Um simples anúncio no Fantástico, Sr. Presidente! Sr. Presidente, um programa em rede nacional! Quanto é que fica um anúncio desse? Eu gostaria de saber do governo quanto se gastou, quanto ele deixou de investir na população, no ser humano para investir na publicidade. A publicidade podia esperar, porque, se eu fosse dono de empresa de televisão, eu ia falar: “Gente, eu preciso ajudar nesta hora o povo. Eu não posso receber recurso de órgão público, porque o órgão público também está na hora de ajudar”.

Está na hora de o órgão público, Sr. Presidente, aprovar uma emenda de minha autoria aqui para dar um auxílio emergencial aos comerciantes. V. Exa. está fazendo um belo trabalho para a população carente, mas nós temos também que fazer algo pelos comerciantes. Eu não estou pedindo dinheiro para o comerciante, não, mas, sim, um vale, Sr. Presidente. O governo daria para os empreendedores um vale emergencial de R\$3.000,00 a R\$5.000,00. Com esse vale emergencial, Sr. Presidente, – e nós tínhamos que aprovar isso aqui, na Assembleia – ele iria pagar a sua luz, a sua água, os seus impostos. Não precisa dar dinheiro. O governo não precisa dar dinheiro para a população, o empresário, o empreendedor; ele precisa dar a condição de sobrevivência, porque mais importante que gerar emprego nesta hora, Sr. Presidente, é manter os empregos que aí estão. Repito: mais importante que gerar emprego, Sr. Presidente, é manter os empregos que aí estão. Por quê? Porque estão todos indo embora. Nós estamos perdendo neste governo.

Neste final de pronunciamento, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer mais um apelo ao Dnit para que a gente possa voltar com os radares. O que acontece? Retiraram os radares todos da estrada de Alphaville até Ouro Preto, e os acidentes estão acontecendo. Para finalizar, Sr. Presidente, faço esse apelo, faço esse pedido ao Dnit: que volte com esses radares, que cobre de quem ganhou a licitação para que os coloque com urgência, porque Itabirito pede socorro nesta hora, na rodovia que ali passa. Por quê? Porque os carros estão causando acidentes ao passarem em alta velocidade.

Eu não poderia também deixar de agradecer à Cemig por uma solicitação que fizemos e está sendo atendida e que se refere à iluminação de uma parte da BR que passa por Itabirito, com o pagamento da prefeitura. Nós temos que lembrar isso.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de pedir juízo à moçada de Belo Horizonte. O prefeito Kalil está com os bares fechados a partir das 16 horas, 17 horas, e em Nova Lima continuam abertos. A farra continua em Nova Lima. O prefeito de Nova Lima tem que pensar: não adianta só Belo Horizonte fazer sua parte e ele deixar ali, no Belvedere, tudo aberto, bares abertos e o coronavírus circulando. Ali é o único lugar do Brasil que não tem coronavírus, porque a farra continua. Olhe aqui, ó! Não adianta ter regra para Belo Horizonte e não ter regra para Nova Lima, Sr. Presidente. Ali é um bairro de Belo Horizonte.

Muito obrigado. Que Deus continue nos protegendo! Para o senhor, os meus parabéns. V. Exa. está de parabéns pelo trabalho, pela ideia, pela conduta que tem nesta Casa.

O presidente – Muito obrigado, deputado Alencar da Silveira Jr. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Zé Reis.

O deputado Zé Reis – Sr. Presidente, nesta oportunidade, quero cumprimentar os colegas e todos que nos assistem; e, nesta hora, em especial, quero parabenizar V. Exa. pela condução e pela iniciativa. V. Exa. é um estadista efetivamente, um parlamentar presidente do Parlamento mineiro que enxerga além do nosso tempo. Parabéns, mais uma vez, pela iniciativa desse projeto de lei, pela iniciativa junto à comissão de assuntos financeiros do nosso presidente Hely Tarquínio, ora relator, muito preciso e pontual nas suas colocações. Aqui destaco a oportunidade e a presteza de poder ouvir os quatro cantos, como o velho ditado diz, do Estado de Minas Gerais e especialmente o Norte de Minas. Nós ouvimos várias classes, juntamente com a bancada do Norte. E aqui trago, em especial, as emendas colocadas pela Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene, por meio do seu presidente Nilsinho, que, naquela oportunidade, colocou dentre elas... E o relator, com sabedoria, acatou essa emenda apresentada pela bancada do Norte – e comigo encabeçando-a. Entre essas emendas, está a que prevê a desoneração total das contas de energia dos prédios públicos, pois sabemos que, se estamos em recessão – e os municípios, na sua grande maioria, em especial no Norte de Minas, sobrevivem de arrecadação de FPM, que é o repasse federal; e de ICMS, que é o repasse estadual – por causa da crise, esses repasses diminuem automaticamente. Nós estamos vendo – e já assistimos isso no passado – municípios terem a energia da própria prefeitura sendo cortada. Então, essa desoneração ajudará – e muito – e, da mesma forma, o aceite da nossa proposta de emenda com um desconto de 50% na energia para as micro e pequenas empresas da área da Sudene. Nós temos o Idene, a Sudene e o Semiárido, todos eles indicadores de pobreza e de subdesenvolvimento. O relator acatou, com muita sapiência, essa desoneração no percentual de 50% para micro e pequenas empresas na área do Idene. Isso é de suma importância.

Da mesma forma, na mesma linha, temos um projeto de lei solicitando a desoneração na compra dos equipamentos de proteção individual, porque sabemos que uma caixa de máscara que comprávamos por determinado valor hoje está três, quatro vezes mais cara. O nosso relator acatou a nossa proposta, propiciando... É claro que a emenda foi para a desoneração do ICMS de energia para a produção, quando pretendíamos chegar até a venda, a aquisição, a compra desses equipamentos, mas já é um avanço extraordinário, especialmente para os produtores de todo o Estado de Minas Gerais, que competem com produtos da China e de outros países. Essa desoneração é para a conta de energia. Isso é de suma importância. Destaco a participação do nosso amigo, o deputado Virgílio Guimarães, que trabalhou arduamente, juntamente com a bancada do Norte, para buscar descontos de 50% na energia de micro e pequenas empresas.

Por fim, o projeto que teve início com V. Exa., que nos permitiu, como coautores, atender à classe produtora dos micro e pequenos produtores e dos pequenos empresários, atendendo à classe produtiva, atendendo a quem sofre com os impactos da energia cara, atendendo, da mesma forma, numa última oportunidade, com a emenda que o senhor apresentou de um vale, de uma ajuda, aos que estão na extrema pobreza.

Destaco aqui um último ponto, delicado, sabemos, mas que foi bem aportado aqui pelo nosso deputado Duarte Bechir, pelo nosso deputado Carlos Pimenta, do sertão, que é a questão ambiental. Nós sabemos que, no passado, houve uma farra, uma festa de multas que chegou até a ser qualificada como a indústria da multa. Hoje nós estamos vendo esses produtores serem tachados de criminosos, serem processados efetivamente, muitas vezes colocando em risco a produção da região. Aqui cito o exemplo do Município de Chapada Gaúcha, um dos maiores produtores. Temos lá produtores que querem irrigar. Mesmo com o incentivo do governo no projeto de irrigação... Ou seja, um dos problemas é o financeiro. Mas hoje nós temos aqui uma proposta do Ministério da Agricultura, juntamente com o Banco do Nordeste, que é um dos maiores financiadores, propondo um incentivo para a irrigação. As licenças que existiam naquela época ora giram em multa, ora giram em embargos e, automaticamente, os produtores não conseguem a estrutura de irrigante, o benefício de irrigante, ficando inviável essa produção.

Então, Sr. Presidente, encarecidamente, peço atenção a esse pedido e deixo o nosso pedido ao nosso relator: para que possamos fazer esse destaque no projeto de lei, que é de suma importância para recomeçar, efetivamente, a economia, a estruturação da geração de emprego e renda, e dar oportunidade à classe produtora de voltar a produzir e ter os seus ganhos, porque sabemos que

houve um avanço, mas um avanço em venda internacional, em que muitos dos nossos produtos estavam taxados em dólar. Houve o aumento, mas, em compensação, os insumos e os fertilizantes também tiveram um aumento extraordinário. O produtor está pagando o preço dessa confusão internacional e ainda sofrendo com a dificuldade ambiental.

Então, teríamos condição de permitir um Refis para essas multas já existentes, para que esses produtores pudessem dormir tranquilos, pudessem trabalhar como produtores de comida, pudessem efetivamente trabalhar como produtores de recursos, pessoas que geram riqueza, geram renda, especialmente para nós, norte-mineiros, que, muitas vezes, temos a licença para fazer a barragem, para fazer o armazenamento da água da chuva, mas não temos a licença para irrigar, não temos a licença para tirar essa água que o próprio produtor é que armazenou. É muito contraditório isso. Então, essa é a oportunidade de se apresentarem emendas.

Assino com todas as letras a ideia do deputado Duarte Bechir, para que possamos, neste 2º turno, incluir um Refis para as multas ambientais, porque cada dia está acontecendo uma situação nova. Agora nos apareceu a chamada Área de Proteção Extrema, como já foi colocado, sem qualquer portaria, sem qualquer lei específica feita por este Parlamento, atingindo regiões produtoras como Montalvânia, Januária, minha terra, e tantas outras. Criaram, inclusive, outra muito pior, que é a Região Especial de Produção, recaindo sobre as áreas de reserva legal, as áreas de proteção que ultrapassam 30%, 40% da reserva das propriedades, a chamada especial. Ela está atingindo praticamente todo o projeto de irrigação do Jaíba, que é o maior projeto de irrigação da América Latina, ou seja, dificultando licença, dificultando os benefícios de financiamento junto ao Banco do Nordeste, o maior fomentador do Norte de Minas, já que o BDMG pouco ou quase nada aplica em nosso sertão. Isso automaticamente dificulta a comunicação junto à Cemig, seja para a ligação de uma bomba, seja para resolver alguma dificuldade relacionada às imposições legais da própria Aneel. Enfim, acho que este é o momento oportuno. Deixo aqui esse pedido.

E, não menos importante, o Projeto de Lei nº 2.508/2021, de abertura de crédito suplementar. Deixo aqui o nosso pedido, já que temos grandes investimentos nesse acordo da Vale, no Norte de Minas. É de suma importância que esses recursos cheguem à ponta, cheguem à vida do cidadão.

Mais uma vez, presidente, parabéns pela forma dinâmica como vem conduzindo a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Da mesma forma, cumprimento o nosso querido relator, dedicado, esse homem visionário, o deputado Hely Tarquínio, que pôde acatar as nossas emendas para ajudar nessa questão ambiental, que tem um cipoal de legislações. Deixo aqui o nosso pedido, reiterando a fala do nosso querido e também dedicado deputado Duarte Bechir. Um forte abraço. Parabéns a todos.

O presidente – Muito obrigado, deputado Zé Reis. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago – Caro presidente, parabéns pelas boas ideias, pelo Recomeça Minas. A gente tem certeza de que esse programa vai ajudar muito os mineiros, sem sombra de dúvida.

A primeira questão que eu queria colocar – eu não sei se o Dr. Hely Tarquínio está me ouvindo agora – é que, quando ele fala que multa ambiental não é tributo, se por acaso a gente deixar a autorização no projeto legislativo, a gente depois terá que quebrar a cabeça com o governo de Minas para ver como é que eles vão fazer, porque há fazenda que vale R\$300.000,00, R\$200.000,00, e eles meteram uma multa de R\$1.000.000,00. Eles não vão pagar nunca. Vai ter que existir uma ação para tomar a fazenda do coitado do pequeno produtor. E depois terá que receber pela venda da fazenda que vai a leilão, daqui 10 ou 20 anos, uma quantia que será muito menor, às vezes 10, 20... (- Falha na transmissão do áudio.) ... do valor que foi a multa.

Então, se a assessoria legislativa colocasse para a gente a possibilidade, se o governo de Minas pudesse resolver depois, seria muito bom.

A outra questão, presidente, é que quero parabenizar todos os deputados por esse grande apoio ao projeto... (- Falha na transmissão do áudio.)

O presidente – Parece-me que estamos com problemas com a conexão do deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago – Essa sua ideia dos R\$500,00 foi excepcional, vai ajudar realmente muita gente.

Para terminar – e nós vamos votar favoravelmente ao projeto e à maioria das emendas –, nós estávamos agora vendo a CPI da saúde, muito bem conduzida pelo João Vítor, pelo Cássio e pelos membros da comissão. A cada hora, nós estamos vendo como a saúde de Minas Gerais estava sendo gerenciada: uma verdadeira casa da mãe joana. Um chefe de gabinete que respondia para nós, deputado, como se nada estivesse acontecendo, como se a gente não estivesse lutando por alguma coisa. Ele lá no ar-condicionado dele, vacinando quem estava em home office e querendo ainda esconder as coisas. Aquilo está sendo uma constante lá na secretaria.

Nós temos que ver quem são os responsáveis, porque a maioria dos funcionários realmente é muito boa – é muito boa –, trabalha muito. Mas a gestão estava realmente muito ruim e tem melhorado, mas muito pouco, porque ainda há algumas peças que não estão se encaixando, que não querem ouvir ninguém, que acham que sabem tudo. E o pior, levam para o governo Zema, para a Secretaria de Governo situações que começam a flertar com a corrupção, situações muito ruins, mudando as regras do jogo. Nós achamos que isso não é bom para um governo que diz que não quer estar perto da corrupção.

Então, Sr. Presidente, encerro aqui. Vamos votar favoravelmente. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Arlen Santiago. Solicito às deputadas e aos deputados que acessem a plataforma do Silegis para o início da votação. A presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, por meio da plataforma do Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 2, salvo emendas e subemenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Arnaldo Silva (DEM) – Bartô (Novo) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Henrique (Republicanos) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocet (PCdoB) – Celise Laviola (MDB) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Coronel Henrique (PSL) – Coronel Sandro (PSL) – Cristiano Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Douglas Melo (MDB) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Gustavo Valadares (PSDB) – Hely Tarquínio (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Laura Serrano (Novo) – Leandro Genaro (PSD) – Leninha (PT) – Leonídio Bouças (MDB) – Léo Portela (PL) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Neilando Pimenta (Pode) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Professor Cleiton (PSB) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Roberto Andrade (Avante) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Tadeu Martins Leite (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Tito Torres (PSDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

Questão de Ordem

O deputado Bartô – Presidente, eu e um grupo de deputados estávamos ali atrás, e todos nós tivemos problemas com o Silegis – a gente teve que fechar e abrir o Silegis. Então, pode ser que haja algum colega que deixou de votar. São poucos que deixaram de votar, mas eles podem ter enfrentado o mesmo problema. Foi meio que generalizado ali atrás. Então, se V. Exa. pudesse constatar...

O presidente – Sim. Relata aqui também o deputado Antonio Carlos Arantes que não conseguiu fazer a votação. Registre-se o voto “sim” do deputado Antonio Carlos Arantes. O deputado Raul Belém também não conseguiu votar. Registre-se seu voto “sim”. A presidência registra também os votos “sim” dos deputados Fernando Pacheco, Inácio Franco, Delegado Heli Grilo e Repórter Rafael Martins.

Portanto, votaram “sim” 74 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2, salvo emendas e subemenda. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Em votação, as Emendas nºs 4, 5, 16, 21, 33 e 34 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 9.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Bartô (Novo) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Henrique (Republicanos) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocél (PCdoB) – Celise Laviola (MDB) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Coronel Henrique (PSL) – Coronel Sandro (PSL) – Cristiano Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Douglas Melo (MDB) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Gustavo Valadares (PSDB) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Laura Serrano (Novo) – Leandro Genaro (PSD) – Leninha (PT) – Leonídio Bouças (MDB) – Léo Portela (PL) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Neilando Pimenta (Pode) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Professor Cleiton (PSB) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (PSC) – Repórter Rafael Martins (PSD) – Roberto Andrade (Avante) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Tadeu Martins Leite (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Tito Torres (PSDB) – Ulysses Gomes (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Registre-se, em razão de problema no Silegis, o voto “sim” do deputado Arnaldo Silva.

Portanto, votaram “sim” 73 deputados. Não houve voto contrário. Estão aprovadas as Emendas nºs 4, 5, 16, 21, 33 e 34 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 9. Com a aprovação da Subemenda nº 1 à Emenda nº 9, fica prejudicada a respectiva emenda. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3, 6 a 8, 10 a 15, 17 a 20 e 22 a 32.

– Registram “sim”:

Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Bernardo Mucida (PSB) – Bosco (Avante) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Douglas Melo (MDB) – Doutor Jean Freire (PT) – Gil Pereira (PSD) – Gustavo Santana (PL) – Repórter Rafael Martins (PSD) – Sargento Rodrigues (PTB) – Zé Guilherme (PP).

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Bartô (Novo) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Henrique (Republicanos) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocél (PCdoB) – Celise Laviola (MDB) – Coronel Henrique (PSL) – Coronel Sandro (PSL) – Cristiano Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Valadares (PSDB) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Laura Serrano (Novo) – Leandro Genaro (PSD) – Leonídio Bouças (MDB) – Léo Portela (PL) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Neilando Pimenta (Pode) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Professor Cleiton (PSB) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (PSC) – Roberto Andrade (Avante) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Tadeu Martins Leite (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Registre-se o voto “não” do deputado Arnaldo Silva. Os deputados Douglas Melo e Repórter Rafael Martins votaram “não” às emendas com parecer pela rejeição. Favor proceder à retificação de voto.

Portanto, votaram “sim” 12 deputados. Votaram “não” 57 deputados. Estão rejeitadas as Emendas nºs 1 a 3, 6 a 8, 10 a 15, 17 a 20 e 22 a 32. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.442/2021 com as Emendas nºs 4, 5, 16, 21, 33 e 34 e a Subemenda nº 1 à Emenda nº 9. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.016/2019, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar os imóveis que especifica e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. Em discussão o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto, salvo emendas.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Bartô (Novo) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Henrique (Republicanos) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Celise Laviola (MDB) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Coronel Henrique (PSL) – Coronel Sandro (PSL) – Cristiano Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Douglas Melo (MDB) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Gustavo Valadares (PSDB) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Laura Serrano (Novo) – Leandro Genaro (PSD) – Leninha (PT) – Leonídio Bouças (MDB) – Léo Portela (PL) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Neilando Pimenta (Pode) – Noraldino Júnior (PSC) – Professor Cleiton (PSB) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (PSC) – Roberto Andrade (Avante) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Tadeu Martins Leite (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Tito Torres (PSDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

– Registram “não”:

Andréia de Jesus (Psol) – Osvaldo Lopes (PSD).

O presidente – Votaram “sim” 70 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Está aprovado o projeto, salvo emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 a 3.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Antonio Carlos Arantes (PSDB) – Arlen Santiago (PTB) – Bartô (Novo) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Henrique (Republicanos) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Celise Laviola (MDB) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Coronel Sandro (PSL) – Cristiano Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Douglas Melo (MDB) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Doutor Wilson Batista (PSD) – Duarte Bechir (PSD) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gil Pereira (PSD) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Gustavo Valadares (PSDB) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Laura Serrano (Novo) – Leandro Genaro (PSD) – Leonídio Bouças (MDB) – Léo Portela (PL) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte

(Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Neilando Pimenta (Pode) – Noraldino Júnior (PSC) – Professor Cleiton (PSB) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (PSC) – Roberto Andrade (Avante) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Tito Torres (PSDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

– Registra “não”:

Oswaldo Lopes (PSD)

O presidente – Registro o voto “sim” do deputado Carlos Pimenta.

Portanto, votaram “sim” 67 deputados. Votou “não” 1 deputado. Estão aprovadas as emendas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.016/2019 com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Redação.

Declaração de Voto

O deputado Guilherme da Cunha – Muito bom dia, Sr. Presidente. Bom dia aos colegas e também a toda a população que nos acompanha pela internet, pela TV Assembleia. Gostaria primeiramente de parabenizar pela iniciativa do projeto e pela velocidade com que ele vem tramitando, mostrando a capacidade do Parlamento de dar as respostas que a população tanto precisa dentro do tempo que é adequado para uma boa discussão. Sr. Presidente, gostaria aqui, na declaração de voto, de fazer mais um apelo do que propriamente uma explicação sobre as razões do meu “sim” – elas são bastante evidentes. O apelo é pela Emenda nº 1.901, que eu apresentei juntamente com a deputada Laura Serrano, à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para conceder prazo de 180 dias para os contribuintes que recolhem o ICMS na modalidade de substituição tributária para pagarem os tributos. E por que é tão importante esse prazo? A substituição tributária determina que o contribuinte, o lojista, o comerciante que está muito (- Falha na transmissão do áudio.) tem que pagar o ICMS antes de fazer a venda do produto final. Ele paga o ICMS na hora em que ele adquire o produto para repor seu estoque. As pessoas já estão sem capital, já estão passando dificuldade. Forçá-las a pagar o imposto antes de realizarem a venda e terem capacidade de fazer o giro no caixa é algo que pode prejudicá-las enormemente. Por essa razão, a gente apresentou a proposta de concessão do prazo e é importante salientar que isso não geraria prejuízos de renúncia de receita ao Estado; não prejudicaria que o Estado tivesse capacidade, por exemplo, de investir nos serviços de saúde, porque o imposto é recolhido ainda dentro desse exercício fiscal, ainda dentro desse ano, com o prazo que estava sendo estabelecido na emenda. Infelizmente, a emenda foi rejeitada na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária no parecer do relator, mas eu reapresentarei a emenda fazendo modificações necessárias ao texto para que não tenha óbices regimentais. Peço encarecidamente a V. Exa., ao deputado Hely Tarquínio, relator na Comissão de Fiscalização Financeira, e a todos os demais colegas que nos apoiam nessa medida, que tenham essa sensibilidade com o comerciante que precisa repor o seu estoque e não tem condição de antecipar imposto para o Estado neste momento. Que a gente possa fazer uma discussão mais detalhada dessa emenda, fazer ajustes se, porventura, os colegas entenderem que é necessário; mas que a gente, ao final, aprove para dar a essas pessoas a oportunidade de voltarem às suas atividades, realizarem as suas vendas, e só então pagarem o imposto devido pelas vendas realizadas, ao invés de terem que antecipar isso ao Estado. Sr. Presidente, conversei longamente com a CDL e com a Associação Comercial de Minas Gerais. As entidades apoiam essa medida, pedem por ela, e eu considero que seria bastante importante se pudéssemos reabrir a discussão sobre esse assunto agora, em segundo turno. Ainda há tempo de repararmos essa questão tão importante para todos aqueles que trabalham com o comércio, que precisam de um alívio neste momento e não têm condição de antecipar os impostos. A Emenda nº 1.901 será reapresentada com um novo texto e peço, desde já, o apoio de V. Exa., o apoio também do deputado Hely Tarquínio, de todos os membros da FFO e, claro, de todos os colegas no Plenário sempre. Muito obrigado. aguardo ansiosamente para que possamos trabalhar não apenas esse, mas todos outros projetos essenciais para Minas Gerais.

O presidente – Muito obrigado, deputado Guilherme da Cunha.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, o presidente encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária de amanhã, dia 30, às 9 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 4/1/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.603, de 13/3/2020, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 22/12/2020, o servidor Guilherme Francisco Furtado Bragança, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 11 de janeiro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de janeiro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 11/1/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Elevadores Atlas Schindler Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças, em 11 elevadores instalados no Palácio da Inconfidência e no Edifício Carlos Drummond de Andrade – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Precisa Conservação e Limpeza Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços de mecânica automotiva e manobra de veículos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Polícia Legislativa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Nacional Atacadista Brasil Ltda. – EPP –, tendo como objeto a aquisição de câmeras – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 76/2020, lote 2, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a

Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.603, de 13/3/2020, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 4/1/2021, a servidora Vanessa Mascarenhas de Figueiredo, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a servidora Tércia David Silva, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 25 de janeiro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 25 de janeiro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 25/1/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide dispor sobre as férias regulamentares de servidor da Assembleia Legislativa colocado à disposição de outro órgão da administração pública, em exercício de cargo de reconhecida notoriedade e relevância. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação mútua entre os partícipes, a fim de maximizar as ações de polícia preventiva, necessárias ao exercício do mandato eletivo – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Faça Produções Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços, sob demanda, de produção de eventos, envolvendo atividades de planejamento, coordenação, realização e acompanhamento dos serviços correlacionados para execução de ações de infraestrutura e logística, ações promocionais e de comunicação, vinculadas aos eventos – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 49/2020, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária Maxvídeo Comércio e Serviços Ltda. EPP, tendo como objeto a aquisição de sistema completo de intercom – matriz de comutação de áudio – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 71/2020, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Município de Formiga, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação mútua para cessão de servidor público municipal para o exercício de cargo em comissão no Poder Legislativo Estadual – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Diretoria de Recursos Humanos, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli, tendo como objeto a prestação de serviço de jardinagem nas áreas verdes da contratante, seu entorno e anexos, com cessão de mão de obra e fornecimento de ferramentas e equipamentos – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 44/2020, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado

Duarte Bechir referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Maxvídeo Comércio e Serviços Ltda. EPP, tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção corretiva, preventiva e instalação e adequação em equipamentos profissionais de áudio e vídeo, com fornecimento de peças e componentes necessários aos reparos – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 45/2020, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa, nos termos do art. 12, inciso I, alínea “a”, da Deliberação da Mesa nº 2.598, de 2014, autoriza a abertura do processo nº 1011014 166/2020, Pregão Eletrônico nº 66/2020, para contratação de empresa especializada em sistemas de segurança e monitoramento eletrônico para locação de circuito fechado de televisão (equipamentos e softwares) com tecnologia IP – Internet Protocol –, conforme solicitação da Gerência-Geral de Polícia Legislativa. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.295, de 15/12/2006, exonerando, a partir de 1º/2/2021, Cristiano Felix dos Santos Silva do cargo em comissão de recrutamento limitado de diretor-geral; exonerando, a partir de 1º/2/2021, Luíza Homen Oliveira do cargo em comissão de recrutamento limitado de secretário-geral da Mesa. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 1º de fevereiro, lavrando-se, para constar, esta ata, que, após lida e aprovada, é assinada pelos participantes.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 25 de janeiro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 1º/2/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, ocasião em que o presidente, em nome do Colegiado, dá as boas-vindas ao deputado doutor Jean Freire, que, em decorrência da eleição realizada em 4/12/2020, passa a ocupar o cargo de 2º-vice-presidente durante o segundo biênio da 19ª Legislatura. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.295, de 15/12/2006, nomeando Cristiano Felix dos Santos Silva para o cargo em comissão de recrutamento limitado de diretor-geral; nomeando Luíza Homen Oliveira para o cargo em comissão de recrutamento limitado de secretário-geral da Mesa; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos do art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/1993, dispensando a servidora Sueli Barbosa de Abreu, membro efetivo da Comissão Permanente de Licitação, e a servidora Priscilla Guedes Castilho da Silva, membro suplente da referida comissão, designando, para integrá-la, como membro efetivo, a servidora Priscilla Guedes Castilho da Silva, e, como membro suplente, o servidor Florivaldo Dutra de Araujo. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 8 de fevereiro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de fevereiro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Dourtor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 8/2/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 9 de fevereiro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 9 de fevereiro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Dourtor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 22/2/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide que, em caráter excepcional, decorrente de urgência ou de inviabilidade técnica ou operacional, a Diretoria-Geral poderá autorizar a publicação de edição extraordinária do *Diário do Legislativo* ou do *Diário Administrativo*. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo: ao deputado Tadeu Martins Leite, processo contendo termo de aditamento ao convênio celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG, tendo como objeto a cessão de policiais militares à ALMG para prestar apoio às atividades institucionais – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Tecno Temp Comércio Instalação e Manutenção Ltda. – EPP, tendo como objeto o fornecimento e instalação de equipamentos de climatização de expansão diretora tipo Sistema VRF, incluindo eventuais remoções e desmontagens necessárias – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 79/2020, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Antônio Carlos Arantes, Requerimento nº 4.595/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da PMMG pedido de informações sobre o procedimento adotado para a emissão de Certificado do Registro de Arma de Fogo – CraF – ou Porte de Arma de Fogo – PAF –, tendo em vista os inúmeros relatos de excessiva demora que tem prejudicado os militares que já venderam suas armas de fogo ou se encontram com o CraF vencido, à espera de nova emissão – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.934/2020, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, pedido de informações sobre o cronograma de execução das obras previstas no Edital nº 13/2018, que dispõe sobre melhoramento e pavimentação do trecho rodoviário Dores do Turvo – Entroncamento da MG-132 (Alto do Rio Doce), na Rodovia MG-280, e construção de pontes sobre o Rio Santo Antônio e o Rio Xopotó – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.986/2020, de autoria do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações referente à notícia publicada no site oficial da PMMG, em 5 de março de 2020, com a manchete “Monte Sião – PM apreende urna eletrônica na casa de presidiário”, especificando-se qual a origem da urna encontrada; como estão as investigações acerca desse fato; se é um fato isolado ou se já existem investigações de outras urnas encontradas; se o ato foi praticado somente por um indivíduo ou se existem mais pessoas envolvidas; e se existem outras informações acerca do fato – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.410/2020, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja

encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre o fechamento do Hospital Galba Veloso, em Belo Horizonte, considerando-se que as informações do secretário de Estado de Saúde, de que o hospital não seria fechado, estão em desacordo com o que informam os servidores da unidade, segundo os quais os servidores têm sido instigados a informar outra unidade para fins de transferência – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.457/2020, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre as medidas que estão sendo preparadas e aquelas em andamento para a manutenção de investimentos em obras vitais para o Estado, a exemplo da LMG-760, que conta com recursos liberados pelo Comitê Interfederativo da Fundação Renova – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 5.657/2020, de autoria do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a existência de plano de fechamento do Sine Uberlândia, a transferência dos atendimentos para Unidade de Atendimento Integrada – UAI – e sobre quais e quantos atendimentos e encaminhamentos são realizados diariamente na agência do Sine; e, ainda, sobre os estudos relativos aos impactos de tal decisão nos trabalhadores que ali prestam serviço, explicitando-se se haverá melhora na qualidade do atendimento aos cidadãos que buscam serviços nessa unidade, como será realizado o atendimento na UAI, a metodologia de prestação dos serviços e se o trabalho será realizado por funcionários públicos ou por empresas terceirizadas – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 5.707/2020, de autoria do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre o Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha – PDVJ – para os territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha, bem como todas as ações encetadas pelo programa e quais foram os indicativos, sugestões e soluções que o plano apresentou – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.709/2020, de autoria do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação João Pinheiro pedido de informações sobre o PDVJ para os territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha, bem como todas as ações encetadas pelo programa e os indicativos, sugestões e soluções que o plano apresentou – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.710/2020, de autoria do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o PDVJ para os territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha, bem como todas as ações encetadas pelo programa e os indicativos, sugestões e soluções que o plano apresentou – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 5.835/2020, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre a data de início e término da obra de construção de rede interceptora de coleta de esgoto no Município de Sarzedo – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.887/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de informações sobre os critérios de distribuição de equipamentos às delegacias de Polícia Civil para a aplicação de provas de legislação no âmbito do processo de formação de condutores de veículos, levando-se em conta que, segundo ofício do presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de Monte Carmelo, a delegacia local não recebeu os computadores necessários à aplicação das provas de legislação em formato *online* e, por essa razão, elas passariam a ser realizadas no Município de Patrocínio, impondo aos candidatos um deslocamento de 170 quilômetros, considerando-se o percurso de ida e volta – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.892/2020, de autoria do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao subsecretário de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o valor total arrecadado pelo Estado por meio dos 10% do programa de apoio financeiro ao esporte, decorrente da concessão de incentivo fiscal sobre o crédito outorgado do ICMS, destinados a projetos esportivos com maior dificuldade de captação de recursos, nos termos do art. 27 da Lei nº 20.824, de 31 de julho de 2013, desde a implantação da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, bem como sobre os valores já aplicados nessa destinação e os projetos contemplados – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 5.909/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de

Educação pedido de informações sobre os contratos firmados e vigentes a partir da chamada pública para aquisição de alimentos referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.910/2020, de autoria do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o quantitativo de recursos referentes ao Pnae disponíveis nas caixas escolares de cada uma das escolas públicas do Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.953/2020, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer a inserção, nos anais da Casa, do brilhante artigo de opinião “Judiciário para o século 21”, do desembargador Nelson Missias de Moraes, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG, publicado no jornal *Estado de Minas* em 30/6/2020 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.981/2020, de autoria da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Cemig pedido de informações sobre os repasses federais do programa Luz para Todos para o Estado e sobre o montante de recursos destinados ao programa de eletrificação rural e o número de ligações feitas por meio desse programa nos anos de 2019 e 2020 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.056/2020, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fhemig pedido de informações sobre as restrições impostas por essa fundação à Comunidade São Francisco de Assis, da Colônia de Bambuí, relativas à reforma nas residências dos moradores, pois, conforme relato de um representante da colônia, a Fhemig estaria ameaçando os moradores que realizarem reformas sem a autorização prévia, ao mesmo tempo em que dificulta o acesso dos moradores aos serviços da instituição, ressaltando-se que muitas das reformas são urgentes, uma vez que a manutenção da colônia teria sido negligenciada pelas autoridades competentes – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.253/2020, de autoria do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de informações sobre a execução das obras de recuperação funcional de 19,94km do pavimento da Rodovia MG-105, no trecho Pavão-Águas Formosas, do Km 174,20 ao Km 194,14 – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 6.263/2020, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o cumprimento do Regulamento de Normas de Procedimento do Sistema Prisional de Minas Gerais, especificamente em relação à infraestrutura e à logística do Núcleo Central de Radiocomunicação e Rastreamento Veicular (também conhecido como Central de Comunicação e Rastreamento Veicular – Cecom –), considerando-se demanda que noticia o impedimento do uso de rádios por agentes em escoltas hospitalares, os quais também não seriam disponibilizados aos agentes em viaturas, fóruns, Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica – UGME –, delegacias e nas próprias unidades prisionais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.287/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante do Policiamento Rodoviário de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas na cópia integral de todas as ocorrências de cumprimento de mandados de prisões realizadas por esse órgão nos últimos dois anos – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 6.292/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante do Policiamento Rodoviário de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de autos de infração registrados de julho de 2019 até a presente data por aquele órgão, bem como o número de apreensões de veículos e de acidentes de trânsito nas rodovias mineiras no período – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 6.296/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante do Policiamento Rodoviário de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de autos de infração realizados de julho de 2017 até julho de 2019 por esse órgão, bem como o número de apreensões de veículos e o número de acidentes de trânsito nas rodovias mineiras no período – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 6.299/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da PCMG pedido de informações sobre quantos servidores *ad hoc* exercem a função de escrivão em todos os municípios do Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.300/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais – CBMMG – pedido de informações sobre o déficit atual de servidores na corporação – parecer pela aprovação, aprovado;

Requerimento nº 6.302/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da PCMG pedido de informações sobre o déficit atual da totalidade dos servidores da PCMG, discriminando-se o percentual de cada categoria – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.303/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o déficit atual de servidores das carreiras de segurança pública, discriminando-se o percentual de cada categoria – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.304/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da PMMG pedido de informações sobre o déficit atual da totalidade dos servidores da PMMG – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.311/2020, de autoria da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao presidente da Copasa-MG, ao presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – e ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o Programa de Investimentos 2019 – Copasa e Copanor, detalhando os projetos e obras executados e não executados e os recursos investidos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como em extensão de redes e em combate a perdas; os valores aportados para a execução orçamentária de 2020; as dificuldades que podem vir a ser enfrentadas pelas prefeituras relativamente a contratos já assinados, diante do processo de desestatização da companhia; os tipos de estudos a serem realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – relativamente à estruturação e à implementação do processo de desestatização da companhia e o acesso da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aos documentos em questão; e outras informações sobre os elevados custos despendidos no processo de desestatização da empresa, sobretudo se a proposta de privatização não for aprovada em referendo popular – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 6.355/2020, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a implantação em unidades socioeducativas de modalidade de cogestão entre Estado e grupos privados e sobre quais medidas serão adotadas em relação aos servidores efetivos que atuam nessas unidades – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 6.414/2020, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre o número de atendimentos obstétricos realizados pelo Hospital Municipal de Januária – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 6.419/2020, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os reais motivos da exoneração de dez diretores de escolas da rede pública estadual de ensino, conforme publicação no diário oficial do dia 26 de setembro de 2020, com a justificativa do governo de estarem as referidas exonerações baseadas na alínea “a” do art. 106 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, que versa sobre a exoneração motivada “a pedido realizado pelo próprio funcionário”; e que seja apresentado pela secretaria os pedidos de exoneração assinados pelos respectivos diretores das escolas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.429/2020, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde e ao presidente da Fhemig pedido de informações sobre a compra de aporte de vácuo e de geradores para as alas masculinas I e II do Hospital Regional Dr. João Penido, em Juiz de Fora, tendo em vista que, conforme o Ofício nº 9/2020, protocolado pela subseção do Sind-Saúde em Juiz de Fora e encaminhado à direção do citado hospital, a instalação do vácuo próximo ao leito dos pacientes é de fundamental importância e figura entre os postos de consumo da assistência e os geradores são itens essenciais, de acordo com as normas do Ministério da Saúde, razão pela qual todas as organizações hospitalares necessitam manter esse sistema de geração de energia elétrica de emergência para os casos de suspensão de fornecimento de energia pela companhia responsável pelo serviço, esclarecendo-se assim os motivos sobre a necessidade de obter do hospital informações sobre a aquisição dos equipamentos e o prazo para sua instalação nas alas mencionadas, uma vez que cerca de 32 pacientes estão sem os equipamentos, dependendo do deslocamento para outras alas para atendimento – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 6.434/2020, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o quantitativo de vacinas contra a raiva para cães e gatos disponibilizadas para os municípios do Estado,

especificando-se quais municípios as receberam e o cronograma de aplicação dessas vacinas – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 6.442/2020, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações acerca da regulamentação da Lei nº 23.175, de 2018, no âmbito da saúde pública no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.481/2020, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em cópia dos documentos que instruem o processo de licenciamento ambiental movido pela Empresa de Mineração Santa Paulina, no Município de Ibitité, para a Operação em Caráter Corretivo nº 00134/1994/007/2014, com atenção especial ao parecer único emitido em 14/8/2019 pela Superintendência Regional de Meio Ambiente – Supram – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.499/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações consubstanciadas nas denúncias recebidas pela pasta, discriminando-se por unidade, data do ocorrido, pequeno resumo do fato e providências adotadas, desde 1º/1/2019 até a presente data, em relação a problemas no fornecimento da alimentação nas unidades dos sistemas prisional e socioeducativo do Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.504/2020, de autoria da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado ao advogado-geral do Estado, ao secretário de Estado de Governo e à secretária de Estado de Educação pedido de informações que esclareçam qual comando legal ou judicial determina a instauração de processo administrativo no caso da opção remuneratória dos diretores de escolas estaduais aposentados – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.505/2020, de autoria da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as ações desenvolvidas no Estádio Jornalista Felipe Drummond – Mineirinho –, desde que a pasta assumiu a gestão do equipamento esportivo em questão – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.515/2020, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações acerca do número estimado de alunos que ingressarão na rede estadual de ensino em 2021, bem como da existência ou não de déficit de vagas na rede estadual de ensino para o próximo ano letivo – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.542/2020, de autoria da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações referentes ao repasse de valores pela Vale S.A. ao governo do Estado para a contratação de profissionais que vão executar e monitorar projetos sociais e ambientais em áreas impactadas pelo rompimento da barragem B1 em Brumadinho, especificando-se a natureza dos programas de que o governo vai participar, o montante de recursos a serem investidos pela Vale nos projetos – se recursos decorrentes de alguma decisão judicial de reparação ou de ação adicional da empresa em conjunto com o governo –, o instrumento de contratação dos profissionais e o valor de cada contratação e o envolvimento e a participação da comunidade de Brumadinho no empreendimento – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.560/2020, de autoria do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado ao subsecretário de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a decisão do governo do Estado de determinar a desocupação, pelas federações de esportes, das salas que ocupam no Estádio Jornalista Felipe Drummond, o Mineirinho, até fim de junho de 2021, especificamente sobre os motivos dessa decisão, sobre o novo local onde as federações serão alocadas após a desocupação e sobre a destinação que será dada ao ginásio – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 6.581/2020, de autoria da Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Cemig pedido de informações sobre as subestações de energia planejadas e em implantação, especificando os municípios das regiões Norte, Noroeste, Jequitinhonha e Mucuri que receberão essas subestações e qual a previsão das obras – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.609/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca da decisão de suspensão do acesso às informações do sistema de monitoramento eletrônico para as Polícias Militar e Civil, em descumprimento à Lei nº 13.968, de 2001, ao art. 397 da Constituição do Estado de Minas Gerais e ao

inciso VI do art. 4º, da Resolução Conjunta SEDS/TJMG/MPMG/DPMG/PMMG/PCMG/OAB-MG nº205/2016, bem como sobre o fim da equipe de inteligência que fiscalizava o acompanhamento da pessoa monitorada – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.610/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o caso do ex-vereador Wellington Magalhães, tendo em vista que há indícios de que haveria policiais envolvidos nas violações do sistema de monitoramento de tornozeleira eletrônica de que fazia uso, o que beneficiava o ex-vereador – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.611/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações acerca do caso da Sra. Roseli Ferreira Pimentel, prefeita afastada de Santa Luzia, monitorada por tornozeleira eletrônica, diante de indícios de irregularidades em benefício da prefeita afastada e tendo em vista a competência dessa secretaria de comunicar, em até três dias, ao juízo competente o fato, que pode dar causa à revogação da medida ou à modificação de suas condições – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.627/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o efetivo dos núcleos de monitoração eletrônica do Estado e o número de usuários de tornozeleira eletrônica nos anos de 2019 e 2020 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.628/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a localização física dos núcleos de monitoração eletrônica no Estado e o número de servidores públicos lotados em cada núcleo, com respectivas escalas, por turno ou plantão, dia e noite, bem como sobre o número de usuários de tornozeleiras eletrônicas monitorados por núcleo, especificando-se quantos são em decorrência de crimes previstos na Lei Maria da Penha, separados por região – interior e região metropolitana –, e quantos são em virtude de outros ilícitos e decisões judiciais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.629/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a despesa do Estado com cada usuário de tornozeleira eletrônica e, em contrapartida, sobre o dispêndio com cada indivíduo no sistema prisional – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.630/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a infraestrutura dos núcleos de monitoração eletrônica no Estado, especialmente em relação à quantidade e à qualidade de computadores, à velocidade da internet, à disponibilização de ramais telefônicos e ao número destes para atender a demanda de monitoração de usuários de tornozeleira eletrônica – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.644/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os estatutos legais ou fundamentos jurídicos que embasam a aplicação do modelo de cogestão a ser aplicada no sistema socioeducativo no Estado, indicando-se, com o detalhamento possível, as razões pelas quais a administração pública adota tal proposta neste momento, bem como as formas de remuneração das entidades e os custos contratualmente previstos por adolescente atendido no modelo de cogestão, esclarecendo-se, ainda, quais os custos atualmente arcados pela prestação do serviço pela administração direta – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.679/2020, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da PMMG e ao comandante da 16ª Região da PMMG pedido de informações sobre os deslocamentos ao plantão regionalizado da Polícia Civil, esclarecendo-se, com informações referentes aos últimos três anos, quais municípios compõem a 16ª RPM, a área abrangida e a população atendida; o efetivo da PMMG e a relação entre o efetivo e a população atendida; a distância média de deslocamento entre os municípios que compõem a 16ª RPM e a unidade policial de plantão regionalizado; o tempo médio de deslocamento e de espera na delegacia de plantão regionalizado; a quantidade de deslocamentos para o plantão regionalizado por ano; os custos médios anuais dos deslocamentos, incluindo-se os recursos humanos e logísticos; os custos anuais com manutenção de viaturas; e outras informações pertinentes e próprias da 16ª RPM que sejam consideradas relevantes no que toca à metodologia do plantão regionalizado – parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 6.684/2020, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações

sobre acordos firmados entre o Estado e a Vale S.A., referentes aos danos decorrentes do crime do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, bem como sobre os termos desses acordos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.692/2020, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as ações realizadas em benefício dos mais de 150 mil alunos matriculados na educação de jovens e adultos – EJA – no Estado durante a pandemia, especificando-se os recursos usados para manter a motivação dos alunos e para monitorar seus estudos nas aulas remotas; o controle de evasão ou qualquer outro tipo de suporte para quem, por exemplo, estava no começo da alfabetização; a avaliação virtual futura desses alunos e o nível de acesso à internet e à educação remota em geral – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.697/2020, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as condições de saúde da população residente nos municípios mineiros banhados pela Bacia do Rio Doce e atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, de propriedade da Samarco Mineração S.A., ocorrido em 5/11/2015, consubstanciadas em relatório contendo dados discriminados em dois períodos, a saber, outubro de 2010 a outubro de 2015 e novembro de 2015 a novembro de 2020, sobre a incidência de doenças de pele, doenças reprodutivas, abortamento espontâneo, doenças do trato respiratório, doenças gastrointestinais, doenças e complicações cardiovasculares, doenças mentais e emocionais e sobre o volume de prescrição e de distribuição de medicamentos para tratamento da saúde mental – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.698/2020, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre as condições das águas da Bacia do Rio Doce em todos os municípios mineiros atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, de propriedade da Samarco Mineração S.A., ocorrido em 5/11/2015, consubstanciadas em relatório contendo dados acerca da metodologia de coleta e de avaliação da qualidade dessas águas para consumo humano e consumo animal, para irrigação de solo em produção agropecuária, para respiração, digestão, reprodução e alimentação de peixes e acerca do grau de contaminação dessas águas por minerais pesados, com análise comparativa, se possível, desses aspectos em dois períodos, a saber, outubro de 2010 a outubro de 2015 e novembro de 2015 a novembro de 2020; e sobre a instância ou órgão estadual que poderia fornecê-las, caso a Copasa não disponha de tais informações – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.708/2020, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a realização de testes para a utilização do Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula – Sucam –, que começou a ser usado em 16/11/2020 por alunos e suas famílias, bem como sobre a eficácia do novo sistema – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 6.709/2020, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os fundamentos político-pedagógicos que balizaram as orientações presentes no Memorando-Circular nº 14/2020/SEE/SPP, de 6 de novembro de 2020, que considera como desistente o aluno que não entregou nenhum plano de estudo tutorado, mesmo após o movimento de busca ativa empreendido pelo gestor escolar, e sobre como ficará a situação desse aluno em relação a sua vaga, sua permanência na escola, sua escolaridade no ano letivo em curso e sua situação escolar – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.723/2020, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os boletins de análise da qualidade da água na Bacia do Rio Paraopeba, nos últimos 12 meses, em todas as suas estações de captação e tratamento de água para abastecimento humano e nos demais pontos de observação da bacia – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.725/2020, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da PMMG pedido de informações sobre a ação policial realizada em 11 de novembro de 2020, por volta das 7 horas, na Rua José Wanderley Dutra Rezende, nº 660, no Bairro Topázio, em Conselheiro Lafaiete, onde funciona a casa religiosa O Terreiro de Odé, dirigido por Eva Lúcia de Oliveira Ferreira, conhecida como Mãe Eva – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.788/2020, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a composição, a participação de usuários, as atribuições, a atividade e as perspectivas de funcionamento do Conselho de Transporte Coletivo

Intermunicipal e Metropolitano – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.799/2020, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a fase atual de execução do Convênio de Cooperação Técnico-Operacional nº 597/2018, celebrado entre a Setop (atual Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra), a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o DER-MG e a BHTrans, sobre a Resolução Conjunta de Governança Metropolitana 001/2018, que cria o Cartão Metropolitano de Gratuidade – CMG –, e sobre as perspectivas de implantação do bilhete eletrônico metropolitano – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.802/2020, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre as perspectivas de finalização do Plano de Mobilidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.804/2020, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre a fase atual de execução do Convênio de Cooperação Técnico-Operacional nº 597/2018, celebrado entre a Setop (atual Seinfra), a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o DER-MG e a BHTrans, sobre a Resolução Conjunta de Governança Metropolitana 001/2018, que cria o Cartão Metropolitano de Gratuidade – CMG –, e ainda sobre as perspectivas de implantação do bilhete eletrônico metropolitano – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.807/2020, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a função a ser assumida pelo Terminal Rodoviário Israel Pinheiro, esclarecendo-se se será a de terminal rodoviário intermunicipal ou a de terminal metropolitano – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.808/2020, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Codemge pedido de informações sobre a função a ser assumida pelo Terminal Rodoviário Israel Pinheiro, esclarecendo-se se será a de terminal rodoviário intermunicipal ou de terminal metropolitano – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.905/2020, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o planejamento da regularização dos repasses dos recursos financeiros aos municípios referentes à assistência farmacêutica, em especial sobre a contrapartida estadual dos medicamentos básicos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.913/2020, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o planejamento da estruturação e implantação de centros de aplicação e compartilhamento de doses de medicamentos especializados em ambiente hospitalar no âmbito da Ação 4453 – Implantação da Política de Atenção Hospitalar – Hospitais Plataforma – do PPAG 2020-2023 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.914/2020, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações planejadas pela pasta para apoiar os municípios na implantação dos conselhos municipais de políticas sobre drogas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.929/2020, de autoria da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, em que requer seja encaminhado à subsecretária de Políticas Sobre Drogas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações desenvolvidas e o número de atendimentos realizados pelo Centro de Referência Estadual em Álcool e outras Drogas – Cread –, bem como sobre o Plano Mineiro Intersetorial de Cuidados e Prevenção ao Uso/Abuso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 6.961/2020, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações sobre o contrato de concessão de trecho da BR-135 no entroncamento com a BR-040 até Montes Claros, especialmente quanto ao cumprimento da Lei nº 8.987, de 1995, que dispõe que toda concessão preste um serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.044/2020, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre as medidas adotadas pela pasta para a regulamentação da Lei nº 23.449, de 24/10/2019, que assegura às mulheres com alto risco de desenvolvimento de câncer de mama e de ovário a realização gratuita de exame genético, para pesquisa de mutação em genes relacionados a essas doenças, nas unidades

públicas ou conveniadas integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS – e dá outras providências – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.054/2020, de autoria da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as razões do encerramento das atividades da Escola Estadual Professora Amélia de Castro, em 2021, bem como sobre as providências que serão adotadas por essa secretaria em relação aos servidores da escola – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.101/2020, de autoria do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o andamento do projeto e da execução das obras de pavimentação de um trecho de 14 quilômetros da Rodovia MG-280, entre os Municípios de Paula Cândido e Divinésia, na região da Zona da Mata – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.195/2020, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a destinação que será dada ao prédio da Escola Estadual Professora Amélia de Castro Monteiro após sua transferência para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.345/2021, de autoria do deputado Tadeu Martins Leite, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre o detalhamento dos projetos, com os respectivos custos, e do cronograma do pactuado no item 5.10 e Anexo III – Programa de Mobilidade, que faz referência à construção de pontes em São Francisco, Manga e São Romão, sobre o Rio São Francisco, e sobre a pavimentação da MG-402, no trecho localizado entre os Municípios de Urucuaia e Pintópolis – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 1º de março, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 1º de março de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Dourtor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 9/2/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado doutor Jean Freire a Mensagem 110/2020, de autoria do Governador Romeu Zema Neto, em que solicita a manutenção do estado de calamidade pública até 30 de junho de 2021 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado. Isso posto, a Mesa, no uso de suas atribuições, especialmente das contidas no inciso VI do art. 79 de Resolução nº 5.176, de 1997, conclui pela impossibilidade de deferimento do requerimento de aposentadoria da servidora Vera Lúcia Fátima de Castro Assis, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo – relações públicas, tendo em vista o não cumprimento dos requisitos previstos na legislação específica. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 22 de fevereiro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 22 de fevereiro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

 **ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 4/5/2021****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 2.724/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Cultura pedido de informações sobre a existência de solicitação ou processo administrativo para o tombamento da Festa de Nossa Senhora da Lapa, no Município de Vazante, de iniciativa da Secretaria de Estado de Cultura. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.798/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao delegado da Delegacia de Mulheres de Ibirité pedido de informações sobre o número de casos registrados de estupro de vulneráveis e não vulneráveis nessa unidade prisional, de janeiro de 2019 até o momento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 2.799/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o número de casos registrados de estupro de vulneráveis e não vulneráveis, de janeiro de 2019 até o momento, especificando-se os números por delegacia no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.127/2019, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o exorbitante aumento nas contas de água no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.848/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Helena Antipoff pedido de informações acerca dos motivos da interrupção do atendimento da comunidade do Município de Ibirité pela Clínica de Psicologia Édouard Claparède, esclarecendo-se se houve o devido encaminhamento desse público

a outros serviços locais de saúde, de forma a garantir a continuidade dos tratamentos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.162/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação e à superintendente Regional de Ensino em Montes Claros pedido de informações sobre o quantitativo de alunos da rede estadual de ensino, moradores dos Residenciais Recanto das Águas, Minas Gerais e Monte Sião I, II e IV, em Montes Claros, matriculados no período de abril a novembro de 2019, a fim de se avaliar se houve ou não evasão escolar nesse período. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 6.382/2020, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a previsão de abertura de edital de concurso público para agente penitenciário, visto que o Estado tem prazo até 5/2/21 para substituição dos atuais agentes contratados por efetivos, através de concurso público. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.572/2021, do deputado Tito Torres, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as instruções normativas que regulam o duplo grau recursal dos processos administrativos no âmbito do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.602/2021, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o monitoramento, no Estado, da fabricação, do envase e da distribuição de oxigênio medicinal, bem como sobre a capacidade atual de abastecimento do mercado e a quantidade demandada de oxigênio para atender aos estabelecimentos de serviços de saúde no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fura-Filas da Vacinação

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, Ulysses Gomes, Hely Tarquínio, Noraldino Júnior, Repórter Rafael Martins e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/5/2021, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, ouvir as Sras. Virgínia Cornélio da Silva, ex-assessora-chefe de comunicação social da Secretaria de Estado de Saúde, e Janaína Fonseca Almeida, diretora de Vigilância de Agravos Transmissíveis da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, que prestarão depoimento perante a comissão na condição de investigadas.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2021.

João Vítor Xavier, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Professor Cleiton, Raul Belém e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/5/2021, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2021.

Marquinho Lemos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e os deputados Duarte Bechir, Glaycon Franco, Raul Belém e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/5/2021, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 787/2019, do deputado Noraldino Júnior, de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.275/2020, do governador do Estado, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 7.034/2020, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, 7.052/2020, do deputado Professor Irineu, 7.126/2020, da Comissão de Constituição e Justiça, 7.692/2021, do deputado Mauro Tramonte, e 7.737/2021, do deputado Betão, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os impactos sociais e ambientais, decorrentes da construção do Rodoanel, na vida das famílias que moram na Região Metropolitana de Belo Horizonte, bem como se o Estado já possui algum planejamento de ação em prol de um programa social destinado a essas famílias.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2021.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus, Ione Pinheiro, Leninha e Rosângela Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/5/2021, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 5.049/2018, do deputado Doutor Jean Freire, e 1.428/2020, da deputada Leninha, de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 984/2019, do deputado Bruno Engler, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 4.903/2020, do deputado Coronel Henrique, e 6.424/2020, da Comissão de Direitos Humanos, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 3 de maio de 2021.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÕES**

– Foram recebidos em 3/5/2021, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021, os seguintes ofícios:

OFÍCIO Nº 745/2021**(Correspondente ao Ofício Gab/AJ nº 722/2021)**

Araxá, 29 de abril de 2021.

Assunto: pedido de apreciação do Decreto Municipal que prorroga o estado de calamidade pública no Município

Exmo. Sr. Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que devido ao atual cenário pandêmico, o Município de Araxá prorrogou o estado de calamidade pública por meio do Decreto Municipal nº 036/2021, publicado em 6/1/2021 no Diário Oficial do Município de Araxá (Doma), justificando assim a necessidade de suspensão dos prazos e exigências conforme disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Seguem em anexo cópias do referido Decreto e da publicação no Doma e, aguardando a apreciação e respectivo reconhecimento do instrumento normativo, permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos complementares que forem necessários.

Atenciosamente,

Rubens Magela da Silva, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 36/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/556/856/1556856.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 746/2021**(Correspondente ao Ofício nº 026/2021/Gabinete do Prefeito)**

Ouro Branco, 30 de abril de 2021.

Assunto: Solicita a doação do rito previsto no art. 65 da LC 101 – Reconhecimento de Calamidade Pública.

Exmo. Sr. Presidente,

Encaminho a V. Exa., o Decreto Municipal nº 10.090/2021, que prorrogou a situação da calamidade pública no Município de Ouro Branco, em função da pandemia do Novo Coronavírus.

Com efeito, o Município de Ouro Branco integra a macrorregião centro-sul de saúde do Estado que, assim como as demais, tem sofrido com a falta de leitos de UTI para tratamento de pacientes acometidos pelo Coronavírus.

Ademais, os reflexos econômicos se intensificaram tendo em vista a incidência da onda roxa do programa estadual Minas Consciente em nossa região por tempo prolongado, o que tem causado o encerramento de inúmeras empresas e postos de trabalho em nossa região.

Não menos gravoso é o contexto de termos em nossa cidade uma das maiores siderúrgicas em solo brasileiro, o que promove a manutenção de uma população flutuante enorme em nossos hotéis.

A situação provoca a ocupação atual de 90% dos leitos de nossa cidade, conforme o informativo mais recente divulgado:

Boletim Epidemiológico Covid-19



Assim, outra alternativa não nos resta senão a prorrogação da calamidade pública que já vigorava no Município desde 2020.

Por fim, destaco que o Decreto encaminhado retroage seus efeitos até o dia 1º de janeiro do corrente ano, tendo em vista, que o contexto de ocupação descontrolada dos leitos e os nefastos prejuízos ao setor econômico nunca deixaram de assolar nossa população.

Dessa forma solicito a V. Exa., bem como a vossos pares que reconheçam a situação calamitosa para os fins de aplicação do art. 65 da LRF (LC 101) à administração municipal.

É a solicitação, com votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Hélio Márcio Campos, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 10.090/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/556/857/1556857.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

OFÍCIO Nº 747/2021**(Correspondente ao Ofício nº Gab/104/21)**

Taiobeiras, 30 de abril de 2021.

Assunto: Encaminhamento (Faz)

Prezado Senhor,

Com meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste encaminhar o Decreto Municipal nº 2.520 de 3 de março de 2021, em que fica declarado Estado de Calamidade Pública no município de Taiobeiras, em razão dos impactos socioeconômicos e financeiros decorrentes da pandemia causada pelo agente Coronavírus (Covid-19), conforme previsto no art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para reconhecimento da situação de calamidade pública pelo Poder Legislativo Estadual.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para renovar votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Denerval Germano da Cruz, prefeito municipal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.520/2021

– O texto do decreto está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/556/858/1556858.pdf>

– Publicado, vai o ofício à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos da Decisão da Mesa de 9/2/2021.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 3/5/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Henrique Vidigal Guimarães, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Nelson Henrique Queiroz Garofolo, padrão VL-33, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Heli Grilo;

nomeando Alessandra de Lima Souza, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Heli Grilo;

nomeando Ana Paula Araújo Guerra, padrão VL-32, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bernardo Mucida;

nomeando Eliana Tereza da Silva, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Paulo;

nomeando Elisiane Gomes Lara, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva;

nomeando Felipe Douglas Prado de Freitas, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva;

nomeando Francis Junior Dias, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva;

nomeando Noel Barros Arantes, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Agropecuária e Agroindústria;

nomeando Rosaly Esther Vilas Boas Matozzo, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Paulo;

nomeando Sandra Regina Bruzzi Mendes, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Irineu;
nomeando Wanessa Cristina Souza, padrão VL-32, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 14/2021

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 31/2021

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alterações no edital, o pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para o registro de preços para aquisição de espécies vegetais, insumos e material para manutenção da área verde da Praça Carlos Chagas, teve sua sessão pública virtual adiada para as 10 horas do dia 20/5/2021.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 3 de maio de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Iplemg

ATO DA DIRETORIA

O presidente do Instituto de Previdência, no uso de suas atribuições e nos termos regulamentares, assinou o seguinte ato:

Concedendo, a pedido, o benefício de pensão por morte, nos termos da legislação então vigente, conforme disposto no art. 37, da Lei Complementar nº 140, de 12 de dezembro de 2016, a:

Nº Benefício:	12.210
Instituidor:	Luiz Humberto Carneiro
Beneficiária:	Sara Teodoro de Miranda
CPF:	589.131.286-00
Data de Vigência:	29/4/2021

Iplemg, 3 de maio de 2021.

Gerardo Renault, presidente do Iplemg.



ERRATA

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/4/2021

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/5/2021, na pág. 24, sob o título “Ofícios”, no último resumo de ofício do Sr. Fernando S. Marcato na referida página, onde se lê:

“diretor-geral em exercício do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais”, leia-se:

“secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade”.